



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

Teresina-PI, 2019

Relatório de gestão do exercício 2018

Relatório de gestão do exercício 2018

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do § único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU nº 170/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno

Teresina-PI, 2019

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

- CAU/PI - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí.

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU.

CFAAPE/PI - Comissão de Finanças, Atos Administrativos e Planejamento Estratégico do CAU/PI.

CEEEEP/PI - Comissão de Ética, Ensino e Exercício Profissional do CAU/PI.

CED- CAU/BR - Comissão de Ética e Disciplina como Texto sem Formatação do CAU/BR.

IGEO - Sistema de Inteligência Geográfica.

TI - Tecnologia da Informação.

ATHIS - Assistência Técnica de Interesse Social

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Modelo de negócio CAU/PI	
CARGOS CAU-PI	DESCRIÇÃO DE TODOS OS CARGOS CAU-PI
ORGANOGRAMA CAU/PI	ORGANOGRAMA CAU/PI
USOS E FONTES CAU/PI	USOS E FONTES CAU/PI
LIMITES ESTRATÉGICOS	LIMITES ESTRATÉGICOS
INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI	INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI
Aplicação dos Recursos CAU/PI	Aplicação dos Recursos CAU/PI
Nota Técnica nº 01/2016 - CAU/PI	Nota Técnica nº 01/2016 - CAU/PI
Demonstrativo de Despesas	Demonstrativo de Despesas
Notas Explicativas 2018	Notas Explicativas 2018
Deliberação Comissão de Finanças do CAU/PI	Deliberação Comissão de Finanças do CAU/PI
Deliberação Plenário do CAU/PI	Deliberação Plenário do CAU/PI
Declaração da Unidade de Pessoal.pdf	

Sumário

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	8
2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	9
3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
3.0 - INTRODUÇÃO	13
3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	14
3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	17
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	35
4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	36
4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	45
4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	46
4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	47
4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	48
4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	49
4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS	51
4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	52
4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	54
5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	55
5.0 - INTRODUÇÃO	56
5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	57

6. RESULTADO DA GESTÃO	58
6.0 - INTRODUÇÃO	59
6.1 - OBJETIVOS E METAS	61
6.2 - RESULTADOS	66
7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	76
7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	78
7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO	80
7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	81
7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS	82
7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	85
7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO	89
7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO	90
7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	91
7.3 - GESTÃO DE PESSOAS	92
7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	93
7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL	97
7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA	98
7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	99
7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	102

7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	103
7.7 - GESTÃO DE CUSTOS	104
7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	105
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	118
8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	119
8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	120
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	154
9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	155
10. ANEXOS E APÊNDICES	160
10.1 - ANEXOS E APÊNDICES	161
CONCLUSÃO	163
ASSINATURA(S)	166

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Missão institucional

Ser reconhecido como referência na defesa e domento das boas prtáticas da Arquitetura e Urbanismo.

Objetivos estratégicos

Tornar a Fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade.

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade.

Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.

Prioridades da gestão

Tornar a Fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo

Principais resultados da gestão

Focando na execução do seus objetivos estratégicos:

I - Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo, foram realizadas 06 (seis) viagens que abrangeram 14 (quatorze) cidades, sendo elas: Parnaíba, Floriano, Oeiras, São Raimundo Nonato, Paulistana, Picos, Valença, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Piri-piri, Piracuruca e Campo Maior. Em junho/2018 foi realizado o I Ciclo de Palestras: Referências para Arquitetura 2018, tendo como temas: Iluminação Residencial e Paisagismo, com Patrícia Fernandes; e Arquitetura Comercial e Visual Merchandising, com Fernando Navarro. No que tange ao Atendimento (Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a

sociedade), o CAU/PI contratou um assessor técnico para dar mais agilidade e fluidez no atendimento. E em relação à Estrutura Básica (Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade), em 2018 o CAU/PI pôde contar com a contratação de uma internet mais veloz, para poder atender as demandas internas e externas, bem como, a contratação de um estagiário de Direito.

II - Na busca de “**Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade**”. O setor de Atendimento do CAU/PI engloba as ações de cadastro e resolução de protocolos do SICCAU, registro de pessoas físicas e jurídicas, atendimento a dúvidas via telefone, e-mail e presencial, coleta de dados biométricos, entre outros. Durante o ano de 2018 estes serviços foram realizados no Conselho pela gerente técnica Vívian Medeiros e pela fiscal Núbia Regina e pelo assessor técnico Rafael Melo, este último contratado em abril de 2018.

Em dezembro de 2018 foi realizado o II Ciclo de Palestras, evento em Homenagem ao Arquiteto; que contou com as seguintes palestras: ‘Contrato de Arquiteto: Como evitar armadilhas’, proferida pelo Arquiteto e Urbanista João Alberto; ‘Gestão e Inovação de Escritórios’ - Ricardo Meira; e ‘Arquitetura e Design caminhando lado a lado’, com Flávio Franco.

O programa Atendimento Itinerante esteve nas cidades de Piripiri, Parnaíba e Picos, visando levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. O planejamento das viagens e a escolha das cidades a receber o programa são feitos através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU, são para arquitetos.

Foi solicitado atendimento na cidade de São Raimundo Nonato devido ao número crescente de arquitetos atuantes e residentes na cidade, porém não foi possível executá-lo devido à grande demanda de fim de ano juntamente com impedimentos gerados pelo período eleitoral.

Também foram realizadas ações educacionais como se fez nos anos anteriores, realizando palestras de apresentação do Conselho para turmas de formandos tanto na própria sede do CAU/PI como nas Instituições de Ensino. Os alunos ingressos da Universidade Federal do Piauí e do Centro Universitário Uninovafapi também receberam a visita da gerente técnica juntamente com o presidente para bate-papo sobre as funções e atribuições da Autarquia que representam.

Outra ação educacional importante que foi realizada apenas uma vez, mas que foi de grande proveito, foi a visita da gerente técnica a uma Instituição de Ensino Superior para apresentar o que é, para que serve e como se cadastra um Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. A convite de um professor da IES, foi demonstrado como cadastrar as várias modalidades de RRTs explicado suas particularidades, tirando ainda

dúvidas dos egressos presentes. O formato de apresentação pode e deve ser copiado pelo CAU/PI em sua nova gestão, pois o resultado é extremamente satisfatório.

III - Para "**Fomentar o acesso da Sociedade à Arquitetura e Urbanismo**" o CAU/PI realizou No mês de outubro foi realizado em Parnaíba o Observatório CAU PI/BA/PE, palestras com os seguintes temas: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), com o conselheiro federal do CAU/PI, Gerardo Fonseca; Teoria dos Jogos: design estratégico para as cidades, com Rafael Pacheco Gonçalves; O Poder transformador da Acústica: Escolas, Escritórios e Restaurantes, com Débora Barretto (BA); Sistemas Sustentáveis da Arquitetura, com Anderson Mourão (PI); Arquitetura Produzida no Escritório Francisco Costa; Contrato de prestação de serviço de arquitetura: como evitar armadilhas, com Matozalém Sousa Santana (TO); O Futuro da Arquitetura, com Rafael Tenório (PE); Uma olhar sobre a arte urbana, com Edmo Campos; e o Encontro da Arte com a Arquitetura, com Adriano Melo.

IV - Para "**Assegurar eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade**" o CAU/PI com o intuito de aproximar a arquitetura da sociedade, contratou um estagiário de Marketing, para tratar as publicações nas redes sociais e intensificou as divulgações relacionadas às ações do CAU/PI.

Desafios e perspectivas

Considerando que em 2018 foi o primeiro ano da nova gestão, os desafios encontrados foram de adaptação dos novos conselheiros às rotinas institucionais e administrativas do Conselho, além da adaptação do plano de ação 2018 a visão dos atuais gestores. Após a referida adaptação, encontramos desafios no orçamento do CAU/PI, considerando que o mesmo possui altos níveis de inadimplência, dificultando assim a execução do planejamento financeiro.

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 3.0 - Introdução
- 3.1 - Visão geral organizacional e ambiente externo
- 3.2 - Estrutura organizacional

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

CAU-PI

14.882.936/0001-06



Autarquia Federal
NATUREZA JURÍDICA



(86) 3222-1920
TELEFONE



84.11-6-00
CÓDIGO CNAE



ENDEREÇO
DO CONSELHO

RUA AREOLINO DE ABREU

LOGRADOURO

Teresina
CIDADE

PI
UF

CENTRO
BAIRRO

64000180
CEP

COMPLEMENTO



www.caupi.org.br
SITE



financeiro@caupi.org.br
E-MAIL

3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Mensagem clara sobre missão e visão

Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos.

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/PI), criado pela Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, é uma autarquia federal uni profissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro da cidade de Teresina, e jurisdição em todo o Estado do Piauí, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

Missão/Finalidade institucional: Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Competências Legais:

Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 12.378, de 2010, compete ao CAU/PI:

- I – elaborar e alterar seu Regimento Interno e demais atos administrativos;
- II – cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378, de 2010, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III – criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma deste Regimento;
- IV – criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V – realizar as inscrições de profissionais e de pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei nº 12.378, de 2010, para exercerem atividades de Arquitetura e Urbanismo, mantendo o cadastro atualizado, e expedir as carteiras de identificação de profissionais;
- VI – cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII – fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;

- VIII – fiscalizar o exercício das atividades profissionais de Arquitetura e Urbanismo;
- IX – julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Código de Ética, a Lei n. 12.378/2010 e demais normas do CAU/BR;
- X – deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;
- XI – sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação da Lei nº 12.378, de 2010, e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XII – representar os arquitetos e urbanistas domiciliados em sua jurisdição em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à Arquitetura e Urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;
- XIII – manter relatórios públicos de suas atividades; e XIV – firmar convênios com entidades públicas e privadas.

Ambiente externo

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;
- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Modelo de negócios

ANEXO - Modelo de negócio CAU/PI - Vide anexo do tópico 3.1 no final da seção

3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ANEXO - CARGOS CAU-PI - DESCRIÇÃO DE TODOS OS CARGOS CAU-PI - Vide anexo do tópico 3.2 no final da seção
ANEXO - ORGANOGRAMA CAU/PI - ORGANOGRAMA CAU/PI - Vide anexo do tópico 3.2 no final da seção

Anexo do tópico 3.1

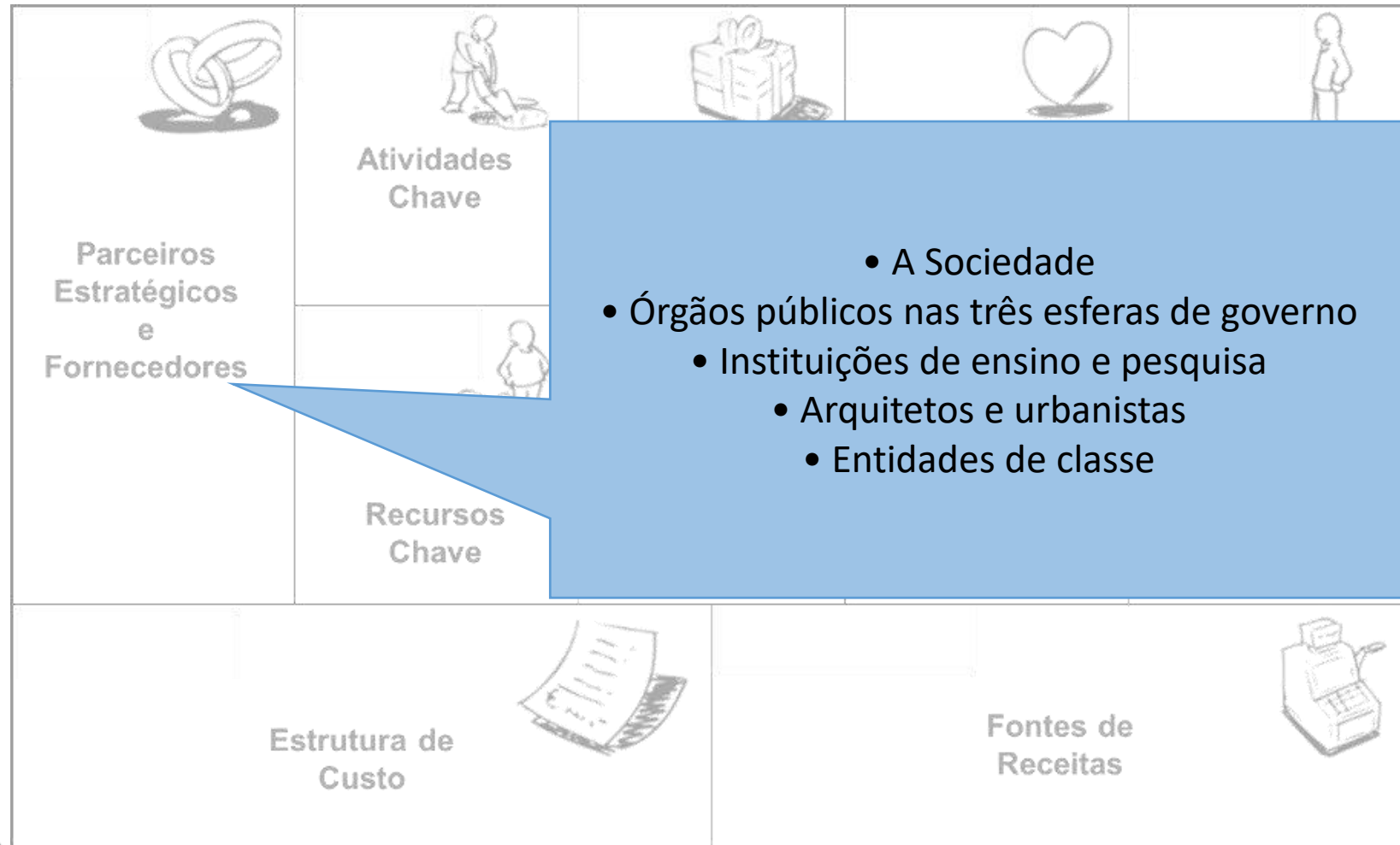
MODELO DE NEGÓCIO CAU/PI

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CAU/PI - 2023

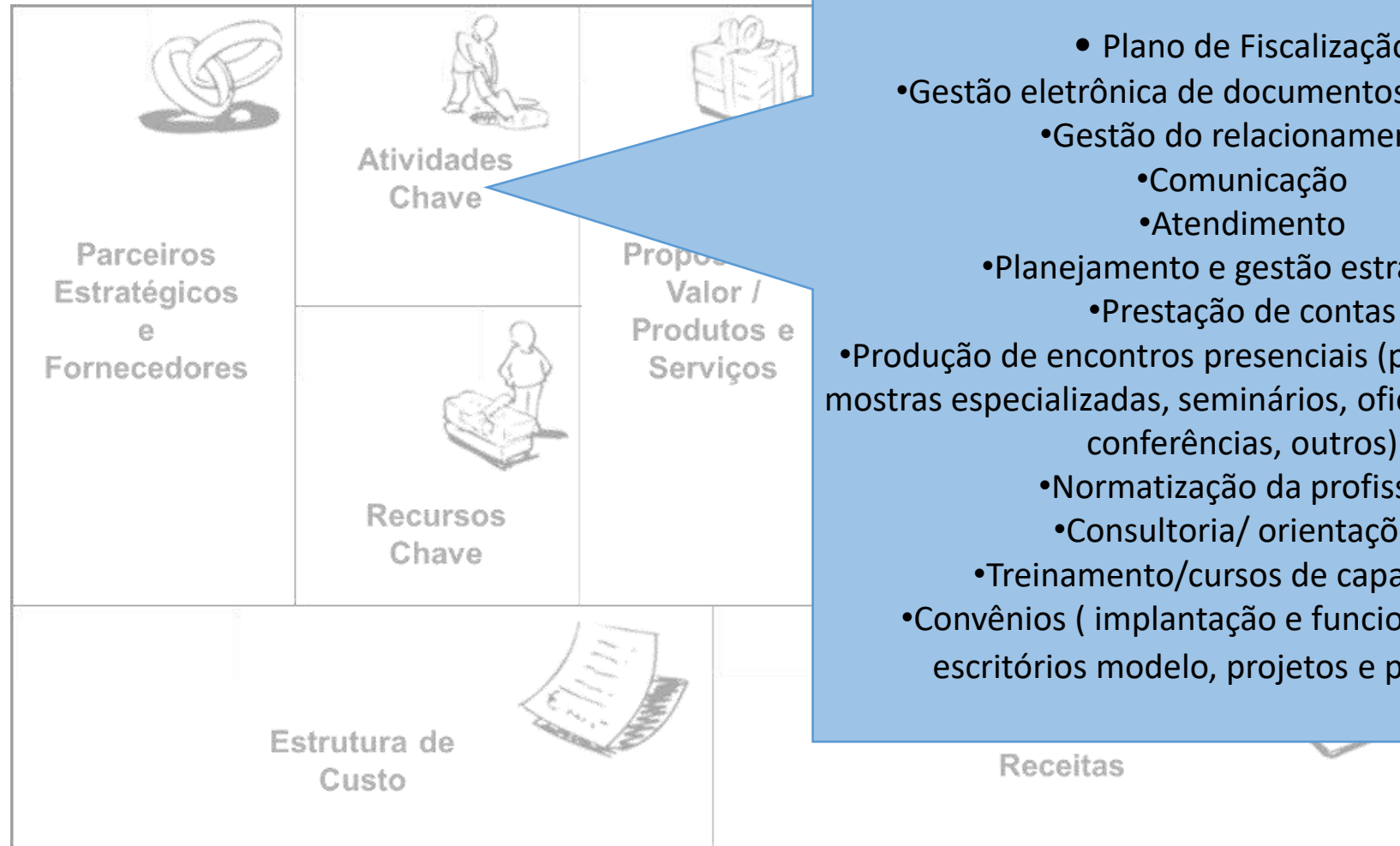


MODELO DE NEGÓCIO

Parceiros Estratégicos e Fornecedores



Atividades Chave



- Plano de Fiscalização
- Gestão eletrônica de documentos e processos
- Gestão do relacionamento
 - Comunicação
 - Atendimento
- Planejamento e gestão estratégica
 - Prestação de contas
- Produção de encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, oficinas, congressos, conferências, outros)
 - Normatização da profissão
 - Consultoria/ orientações
- Treinamento/cursos de capacitação
- Convênios (implantação e funcionamento de escritórios modelo, projetos e pesquisas).



Proposta de Valor / Produtos e Serviços

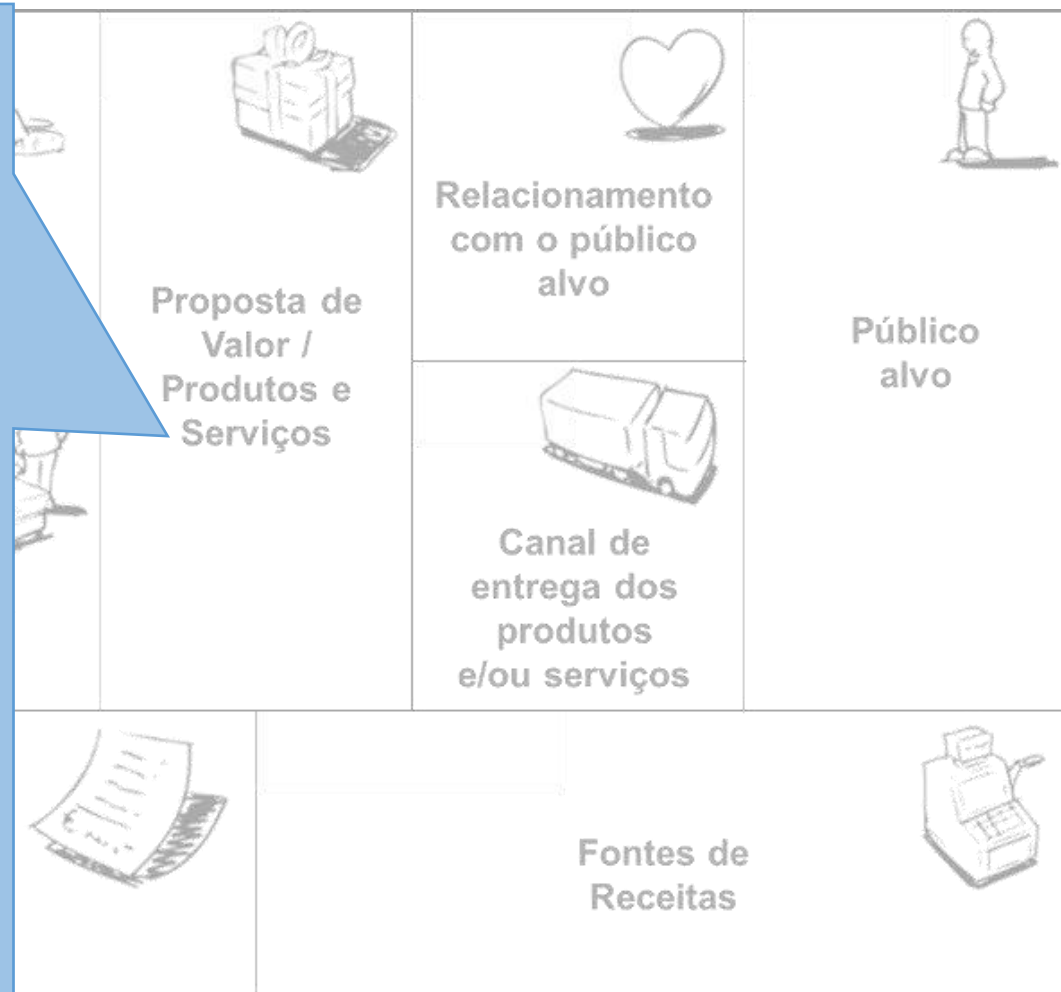
- Ética e transparência
- Excelência organizacional
- Comprometimento com a inovação
 - Unicidade e integração
- Democratização da informação e conhecimento
- Interlocução da arquitetura e urbanismo na sociedade

Básicos/ Essenciais (Próximos 02 Anos)

- Acervo
- Registro e certificação
 - Fiscalização
- Informação e comunicação para arquitetura e sociedade
 - Articulação para integração de políticas públicas
 - Normatização da atividade profissional
 - Convênios e patrocínio

Novos para o futuro (05 À 10 Anos)

- Capacitação Continuada
- Produção e difusão do conhecimento
 - Fomento para a pesquisa aplicada
- Valorização das boas práticas/ premiações frente a sociedade.

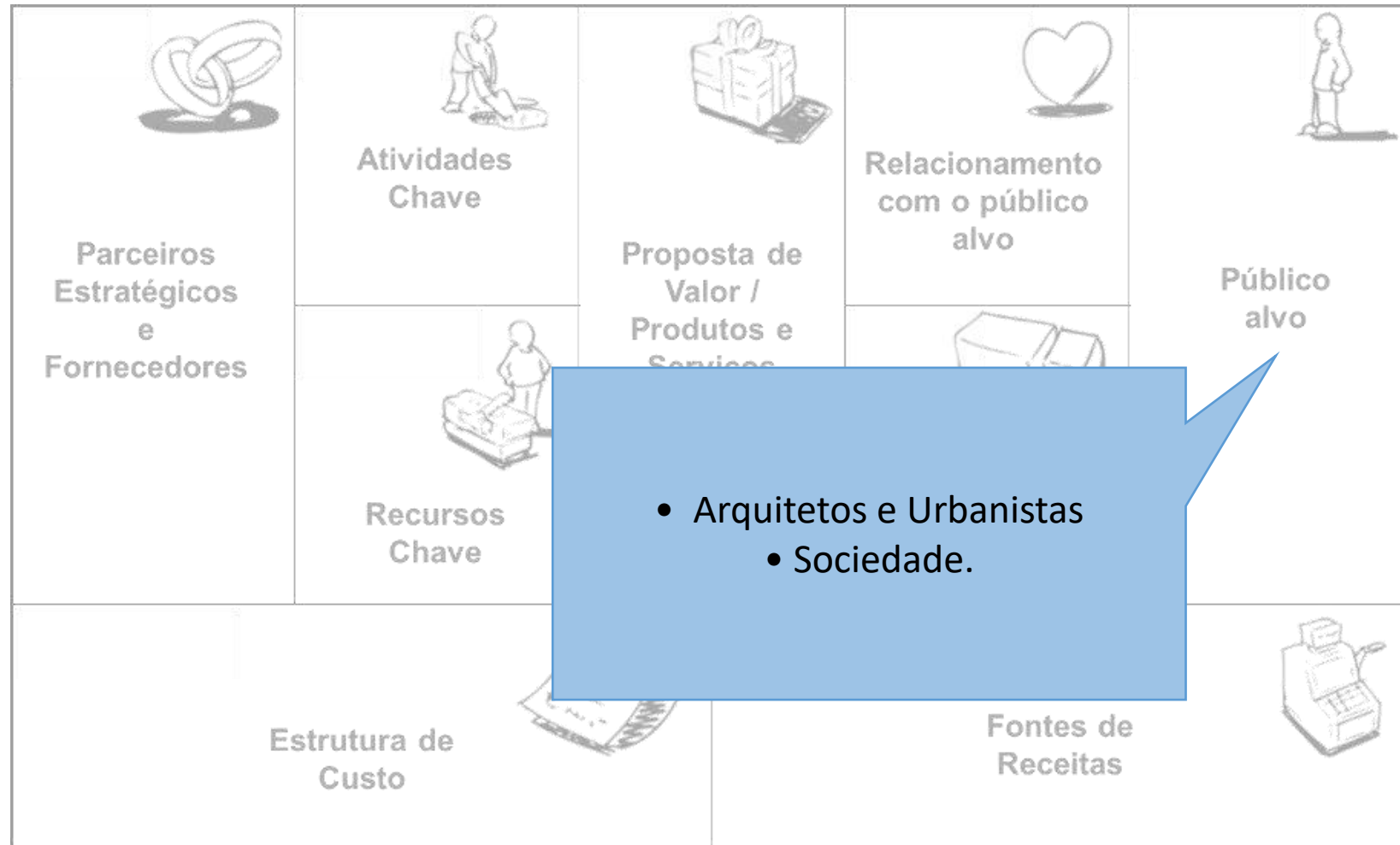


Relacionamento com o público alvo

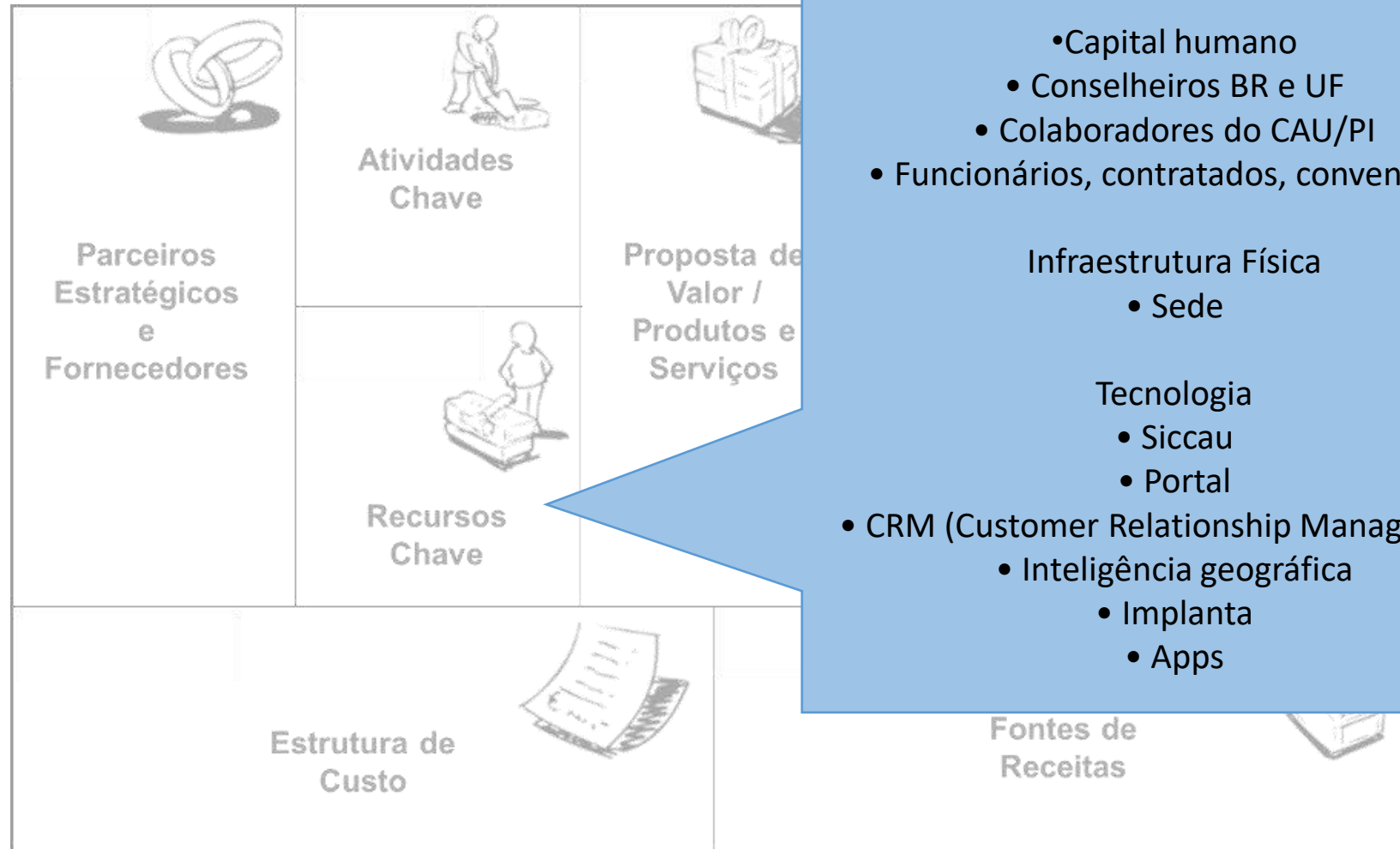
- Call center
- Redes sociais – Fóruns de debate
- Mídias (imprensa, revistas especializadas, eventos relacionados, publicações gerais do CAU) / Mídia subliminar
- Portal do CAU
- SICCAU (Considerando apenas como canal de entrega)
 - Atendimento presencial do CAU/PI/ Canais de atendimento presencial (pelo CAU e parceiros)
 - Ouvidoria
 - Encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, workshopd. Congressos, conferências, outros)
- Programa de benefícios (convênios com instituições de ensino, certificadoras, descontos para profissionais em eventos, outros)
- Apps/IGEO para mostrar quem são os arquitetos das obras.



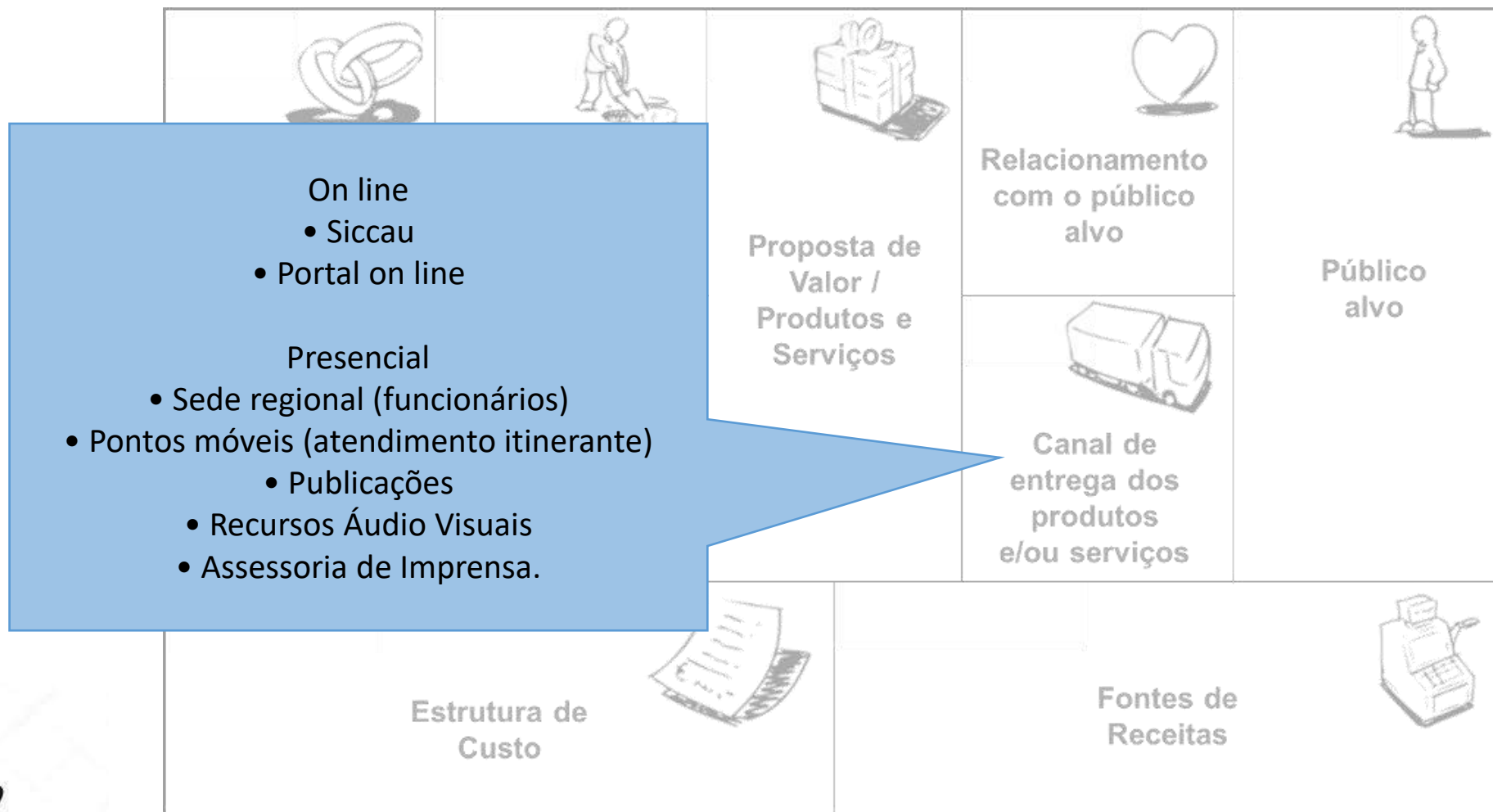
Público alvo



Recursos Chave



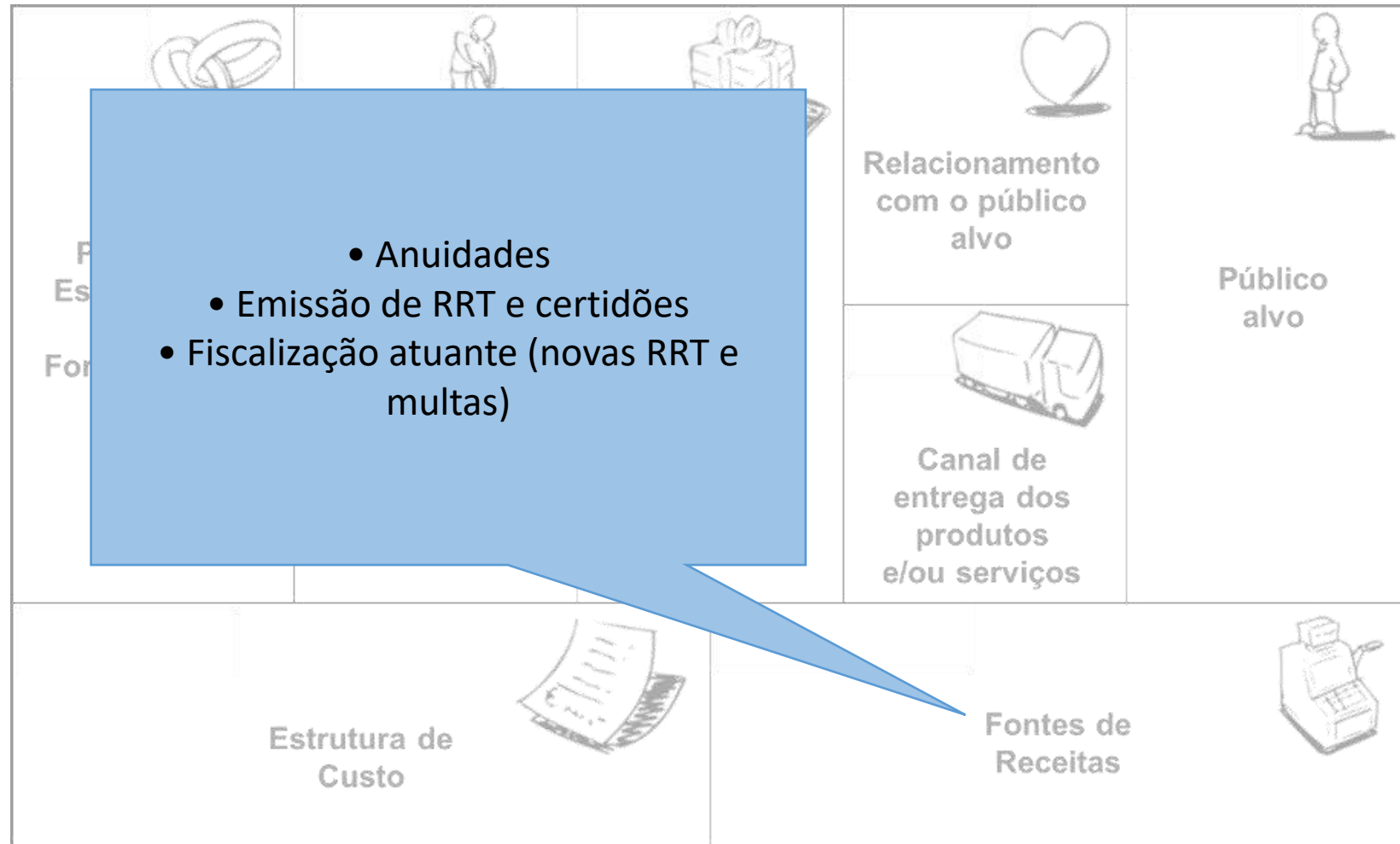
Canal de entrega dos produtos e/ou serviços



Estrutura de Custo



Fontes de Receitas



Anexo do tópico 3.2

CARGOS CAU-PI - DESCRIÇÃO DE TODOS OS CARGOS CAU-PI

DESCRIÇÃO DE CARGOS CAU/PI

ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO)

- Realizar diligências de fiscalização, através de visitas a estabelecimentos e a profissionais, sujeitos à legislação específica do CAU; Realizar visitas de fiscalização às obras, empresas, órgãos públicos, hospitais, locais de shows e eventos, postos de abastecimento e propriedades urbanas e rurais, entre outras localizadas no estado do Piauí; Realizar coleta de dados, preenchendo os formulários competentes, por ocasião das visitas realizadas dentro do prazo estabelecido; Realizar pesquisas no Sistema Corporativo do CAU, sobre o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, cadastro de profissionais e empresas, além de outros documentos de acordo com a Legislação do Sistema CAU; Emitir relatórios circunstanciados, conforme legislação específica, acerca das visitas/diligências realizadas, com vistas a atender as instâncias superiores e ao colegiado do CAU; entre outras.

ANALISTA TÉCNICO CONTADOR

- Supervisionar as atividades da área contábil, administrativa e financeira; Manter a Presidência e Gerência Administrativa Financeira permanentemente informada sobre os assuntos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros inerentes a unidade contábil; Estabelecer prioridades e procedimentos internos que viabilizem, na área de sua atuação, a implementação das diretrizes estabelecidas pelo CAU; entre outras.

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Formulação do Planejamento estratégico, dos planos de desenvolvimento econômico, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; Formulação, implantação e avaliação dos sistemas, processos e métodos nas áreas de planejamento, orçamento, finanças públicas e gestão fiscal; Supervisão, coordenação e execução dos trabalhos especializados de planejamento estratégico, gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e de programas e acompanhamento de despesas de pessoal; Desenvolvimento, acompanhamento, avaliação, execução e orientação técnico-normativa referente à execução orçamentárias; Coordenar as atividades pertinentes à sua área de atuação e participar de reuniões plenárias, comissões, treinamentos e outras quando se tratar de tema relacionado a sua especialidade.

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

- Gerenciamento de Plano de Comunicação e Marketing do CAU/PI; Garantir a sinergia de ações Legislativa, Institucional e de Comunicação do CAU; Assegurar a interface e gerenciamento de informações com todas as áreas do Conselho; Gerenciar as relações institucionais do CAU com entidades nacionais e internacionais de Arquitetura e Urbanismo; Assegurar a adequada interação do Conselho com os diversos públicos internos e externos, em sua área de especialidade; entre outras.

ASSESSOR JURÍDICO

- Fornecer assessoramento técnico e administrativo dentro de sua área de atuação e especialidade; Elaborar diretrizes e orientar a Presidência do Conselho; Assegurar a adequada interação do Conselho com os diversos públicos internos e externos, em sua área de especialidade; Acompanhar a Presidência e Conselho Diretor em eventos, reuniões e audiências de assuntos de interesse ao Conselho; Participar de reuniões Plenárias, Comissões e outras quando se tratar de tema relacionado à sua especialidade; entre outras.

ASSESSOR TÉCNICO I

- Atender aos Arquitetos e público em geral; Elaborar planilha de organização de registros. Atendimento telefônico; Realizar coleta dos dados biométricos para emissão da carteira profissional; Cumprir normas e procedimentos técnicos e/ou administrativos estabelecidos, bem como instruções do superior imediato. Executar outras atividades correlatas em sua área de atuação, de acordo com a necessidade do Conselho; assessorar a presidência, a gerência geral e a gerência técnica e de fiscalização.

ASSISTENTE DE ATENDIMENTO

- Atender aos Arquitetos e público em geral; Elaborar planilha de organização de registros. Atendimento telefônico; Realizar coleta dos dados biométricos para emissão da carteira profissional; Cumprir normas e procedimentos técnicos e/ou administrativos estabelecidos, bem como instruções do superior imediato. Executar outras atividades correlatas em sua área de atuação, de acordo com a necessidade do Conselho.

ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO

- Auxiliar nas atividades operacionais e administrativas da área Técnica e de Fiscalização; Atender ao público ao público em geral, prestando informações sobre processos de fiscalização; Organizar e controlar arquivo, além das correspondências internas e externas; Preparar o adiantamento e prestação de contas de diárias de viagens e agendar compromissos; Elaborar correspondências, relatórios, ofícios, planilhas e etc. Levantamento dos Profissionais e ou empresas que não atenderam ao ofício de cobrança da anuidade; Assistência a fiscalização em campo; entre outras.

GERENTE ADMINISTRATIVO E DE FINANÇAS

- Planejar, organizar e gerenciar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

GERENCIA GERAL

- Planejar, organizar e gerenciar as atividades do CAU com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

GERÊNCIA TÉCNICA E DE FISCALIZAÇÃO

- Elaborar relatórios referentes aos serviços sob sua responsabilidade; Elaborar o plano de atividades de sua área gerencial, como as referentes aos serviços de informação, comunicação, organização e métodos, utilização de equipamentos, processamento de dados, arquivos e outros, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos materiais e humanos, para definir prioridades, sistemas e rotinas referentes a esses serviços; Utilizar os sistemas disponibilizados pelo CAU para acompanhar relatório e, demandas da entidade; entre outras.

SECRETÁRIA GERAL

- Identificar as necessidades do CAU/PI referentes a registros, arquivos, serviços de informação e comunicação e outros, assim como dos recursos humanos indispensáveis; elaboração de Atas e distribuição das convocações; Auxiliar a Presidência e Conselho Diretor no que diz respeito ao envio de Ofícios, distribuição de Memorandos e demais comunicações solicitadas.

PRESIDENTE

- cumprir e fazer cumprir a legislação referente ao exercício da Arquitetura e Urbanismo, o Regimento Geral, o Código de Ética e Disciplina, as resoluções e as decisões plenárias do CAU/BR, bem como o Regimento Interno e demais atos baixados pelo CAU/PI; propor plano de gestão do CAU/PI; acompanhar a execução do plano de gestão do CAU/PI; acompanhar a execução do orçamento do CAU/PI; acompanhar as atividades do CAU/PI; convocar e conduzir os trabalhos das reuniões plenárias; entre outras.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito, forma e admissibilidade de projeto de ato administrativo referente à organização, ao funcionamento e à gestão estratégica do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre ações para reestruturação organizacional do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre proposta de instituição de órgão consultivo do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização técnico-administrativa e sobre ações voltadas à eficácia do funcionamento do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre ações voltadas à eficácia da gestão administrativa, patrimonial e institucional do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre os indicadores de gestão de caráter administrativo e econômico-financeiro para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do CAU/PI; entre outras.

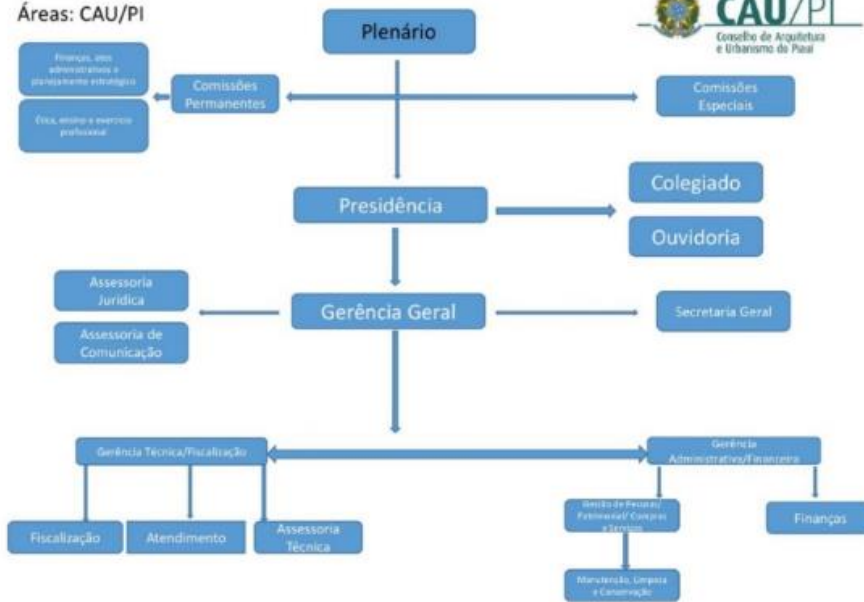
COMISSÃO DE ÉTICA, ENSINO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- organizar e manter atualizado o cadastro estadual das escolas e faculdades de Arquitetura e Urbanismo no Estado do Piauí, incluindo o currículo dos cursos oferecidos e os projetos pedagógicos desses; propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do território de sua jurisdição a tratarem a questão da qualificação profissional como um processo contínuo; promover ações e propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí a tratarem a questão da formação relacionada com as atribuições profissionais definidas no art. 2º da Lei nº 12.378, de 2010 e na Resolução CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012; zelar pela orientação e pela fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo no Estado do Piauí; apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização de ações voltadas à eficácia da fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo pelo CAU/PI; instruir, apreciar e julgar em primeira instância os processos administrativos disciplinares, incluindo aqueles relativos às infrações aos artigos 17 a 23 da Lei nº 12.378, de 2010, e ao Código de Ética e Disciplina da Arquitetura e Urbanismo; e propor diretrizes e programas para difusão dos valores e normas referentes à ética e disciplina profissional da Arquitetura e Urbanismo, no Estado do Piauí.

Anexo do tópico 3.2

ORGANOGRAMA CAU/PI - ORGANOGRAMA CAU/PI

Áreas: CAU/PI



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- 4.0 - Introdução
- 4.1 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- 4.2 - Atuação da unidade de auditoria interna
- 4.3 - Informações da empresa de auditoria independente contratada
- 4.4 - Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos
- 4.5 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário
- 4.6 - Canais de acesso do cidadão
 - 4.6.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários
 - 4.6.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
 - 4.6.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Dirigente:	Wellington Carvalho Camarço
CPF:	697.043.683-72
Cargo:	PRESIDENTE
Registro Profissional:	A32967-3
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU/PI
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Termo de Posse
Data do Ato de designação:	09/01/2018
Data inicial do mandato:	09/01/2018
Data final do mandato:	31/12/2020
Informações adicionais	

Dirigente:	JOÃO ALBERTO CARDOSO MONTEIRO
CPF:	060.590.403-06
Cargo:	VICE-PRESIDENTE
Registro Profissional:	A2455-4
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUI
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2018

Informações adicionais

Dirigente: EDMO CAMPOS REIS BEZERRA FILGUEIRA

CPF: 620.410.293-15

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A32988-6

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: FELIPPE FABRICIO DOS SANTOS SIQUEIRA

CPF: 038.073.413-31

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A139457-6

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: FRITZ MIGUEL MORAIS MOURA

CPF: 430.484.635-34

Cargo:

Registro Profissional: A23145-2

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: DANILO SÉRVIO ARAÚJO

CPF: 010.378.213-35
Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO
Registro Profissional: A70917-4
Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: TERMO DE POSSE
Data do Ato de designação: 09/01/2018
Data inicial do mandato: 09/01/2018
Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	ANDERSON MOURAO MOTA
-------------------	-----------------------------

CPF: 021.337.633-41
Cargo: CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional: A60615-4
Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: TERMO DE POSSE
Data do Ato de designação: 09/01/2018
Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	CRISTHIAN BARBOSA MATOS
CPF:	504.685.963-72
Cargo:	SUPLENTE DE CONSELHEIRO
Registro Profissional:	A65983-5
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	TERMO DE POSSE
Data do Ato de designação:	09/01/2018
Data inicial do mandato:	09/01/2018
Data final do mandato:	31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	ANA KARINE BATISTA DE SOUSA
CPF:	763.250.753-15
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	A27147-0
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: LARISSA SIQUEIRA MARQUES MELO

CPF: 006.896.733-02

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A67678-0

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: JORGIANNE DE CARVALHO LOPES NOGUEIRA

CPF: 741.081.403-97

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A32974-6

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: RANNIERI SOUSA PIEROTTI

CPF: 853.156.133-72

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A56519-9

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: TERMO DE POSSE

Data do Ato de designação: 09/01/2018

Data inicial do mandato: 09/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: IGOR NUNES RODRIGUES

CPF: 671.175.973-72
Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO
Registro Profissional: A118257-9
Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: TERMO DE POSSE
Data do Ato de designação: 09/01/2018
Data inicial do mandato: 09/01/2018
Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DE CASTRO
-------------------	---

CPF: 552.677.853-34
Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO
Registro Profissional: A27144-6
Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PIAUÍ
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: TERMO DE POSSE
Data do Ato de designação: 09/01/2018
Data inicial do mandato: 09/01/2020

Data final do mandato:

31/12/2020

Informações adicionais

4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não existe previsão de tal unidade na estrutura do CAU/PI, justificada pelo porte e orçamento da entidade. entretanto, segundo o artigo 11, da Resolução CAU/BR nº 174/2018, dentre as atribuições da Auditoria Interna do CAU/BR (Conselho Federal) consta o acompanhamento mensal da gestão e adequação às normas, pelo CAU/BR e CAU/UF, como instância de apoio, mediante análises e emissões de relatórios sobre as demonstrações contábeis e controles internos.

4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo-SP		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848-5880, Fax: +55 (11) 3045-7363, site: www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	06/09/2018	VALOR DO CONTRATO	R\$254.650,36
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quanto à posição financeiras e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O quarto termo aditivo contratual assinado com a licitante em 06/09/2018 teve vigência contratual alterada, visando à adequação às necessidades da Administração, dentro dos limites legais da Lei nº 8.666/1993.		

4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Não existiu ato ilícito no CAU/PI.

4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Não existiu ato ilícito no CAU/PI.

4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas:

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí possui vários canais de comunicação diretos para dialogar com a sociedade e os profissionais cadastrados na instituição. Para comunicação direta, temos o telefone (86) 3222 - 1920, e-mails dos setores de fiscalização, atendimento, gerência, jurídico e comunicação, todos amplamente divulgados no site do CAU/PI, nas redes sociais, em cartões de visita e no portal da transparência.

O CAU/PI não possui serviço de Ouvidoria, sendo este serviço realizado pela Ouvidoria do CAU/BR. Ressalta-se que o link e o telefone da Ouvidoria do CAU/BR está divulgado no site e no portal da transparência do CAU/PI.

Lei de Acesso a Informação: O CAU/PI divulga para a sociedade todos os documentos públicos produzidos pelo Conselho, incluindo atas de plenárias ordinárias e extraordinárias, nome e foto dos conselheiros titulares e suplentes, nomes e contatos (telefone e e-mail) institucionais de servidores, além de portarias, deliberações, entre outros. O CAU/PI também disponibiliza em seu portal da transparência informações quanto às finanças do Conselho, como tais como relação de pagamentos, demonstração de fluxo de caixa, balanços orçamentário, financeiro, patrimonial, comparativos de receita e despesa, relação de bens, entre outros. Ainda sobre a Transparência, o CAU/PI também informa dados sobre Folha de Pagamento, organograma. Caso o interessado não encontre as informações desejadas no Portal da Transparência, ele pode solicitar via cadastro no site. Até o momento, nenhum pedido foi registrado.

Site do CAU/PI: O site do CAU/PI é a principal “sede” do Conselho na internet, sendo o principal canal de comunicação da instituição com a categoria de Arquitetos e Urbanistas e a sociedade. Nele estão todas as informações relevantes do Conselho, em linguagem oficial e jornalística. No ano de 2018, foram mais de 41 mil acessos nesta plataforma.

Whatsapp, telefone e e-mails institucionais: Para facilitar a comunicação do CAU/PI com a categoria e a sociedade, o CAU dispõe de números de telefone fixo e celulares e e-mails institucionais, amplamente divulgados e de fácil acesso na internet. Estes canais são utilizados diariamente, principalmente nos setores de atendimento e fiscalização, para cumprir a atividade fim do Conselho.

Redes sociais

O CAU/PI utiliza as redes sociais Facebook e Instagram para dialogar diretamente com a sociedade. As contas nestas redes sociais são alimentadas diariamente com informações sobre a atuação do Conselho nas mais diversas áreas de atuação, como defesa do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, defesa das atribuições dos arquitetos, participação em eventos, dicas sobre fiscalização e atendimento, notas de esclarecimento, entre outros pontos. O CAU/PI possui mais de 2,2 mil seguidores em cada página, número duas vezes maior que a quantidade de profissionais do estado. O espaço também é utilizado para responder dúvidas de toda a sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo e dos profissionais sobre exercício profissional, entre outros assuntos.

Imprensa

O CAU/PI está constantemente em reportagens nos principais veículos de comunicação do Piauí, incluindo TVs, rádios, sites de notícias, jornais, revistas, entre outros. A presença do CAU na imprensa é importante para fortalecer o vínculo com a sociedade, demonstrando o papel do Conselho e sua atuação no desempenho das funções inerentes à autarquia.

4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS

Para avaliar sobre o grau de satisfação dos usuários, o CAU/PI realizou no ano de 2018, uma pesquisa baseada em questionário que ficou disponível no site da instituição. Do total de respostas coletadas, 90% responderam que tiveram suas demandas solucionadas de 615 consideraram o atendimento ótimo;295 considerou bom e 6% regular.

O CAU/PI também disponibiliza canais em redes sociais, telefone, e-mail e o próprio site para que os usuários tenham acesso a informações e apresentem dúvidas. No que diz respeito ao Portal da Transparência, os documentos públicos produzidos e números financeiros estão disponíveis para consulta.

Não foi realizada nenhum pedido com base na Lei de Acesso a Informação, o que demonstra que caso tenha surgido dúvidas de interessados, eles tiveram acesso diretamente no site, que está atualizado com as informações.

4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Introdução

O Portal da Transparência do CAU/PI tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Os procedimentos para o cumprimento da legislação são detalhadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí pela Portaria CAU/PI nº 10/2016 (alterada pela Portaria CAU/PI nº 06/2017).

O Portal da Transparência consolida em um único ambiente dados anteriormente já disponíveis, em sua maior parte, no site do CAU/PI. Subordinado diretamente a Gerência Geral do CAU/PI, o Portal é fruto de desenvolvimento conjunto da equipe de servidores do CAU/PI, formado por profissionais da área de contabilidade, administração, comunicação, entre outros.

Endereço do portal da transparência

<http://transparencia.caupi.gov.br>

Informações disponíveis ao Cidadão

O Portal da Transparência do CAU/PI tem seu conteúdo distribuído em nove seções:

- **Institucional:** contendo informações sobre os Conselheiros com mandato ativo e composição de órgãos colegiados, tais como comissões ordinárias e especiais, além de atas de reuniões Plenárias e de órgãos colegiados, bem como cronograma das reuniões e eventos a serem realizados.
- **Legislação:** contendo textos constitucionais, legais e infralegais relacionados ao CAU/BR e ao CAU/PI, bem como quaisquer atos normativos

do CAU/BR e CAU/PI, tais como Resoluções, Deliberações Plenárias, Portarias Normativas, Portarias Presidenciais, Atos Declaratórios, Portarias da Gerência Geral e quaisquer outros tipos que venham a ser criados.

- **Planejamento:** contendo o mapa estratégico, os relatórios de gestão, os planos de ação e orçamento e documentos conexos, bem como os programas, projetos, ações, obras e atividades do CAU/BR, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

- **Finanças:** contendo repasses ou transferências de recursos financeiros, execução orçamentária e financeira detalhada, notas de empenho emitidas, demonstrativos contábeis e relação de bens móveis e imóveis do CAU/BR;

- **Licitações:** contendo documentos sobre licitações realizadas e em andamento, com editais, chamadas públicas, retificações, anexos e resultados, além dos contratos e convênios firmados, com seus valores, partes e data de vigência;

- **Viagens:** contendo o detalhamento da emissão de passagens aéreas pelo CAU/PI em favor de conselheiros, empregados públicos, convidados ou quaisquer terceiros, informando nome do passageiro, destino, evento, data do evento, data da viagem, trechos e valores, além de detalhamento nominal do recebimento de diárias, deslocamentos e outras vantagens pecuniárias decorrentes do exercício de suas funções;

- **Recursos Humanos:** contendo remuneração e benefícios recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias, na forma de folha de pagamento mensal; quadro de empregados públicos atualizado, com informações sobre cargo, admissão e lotação de empregados públicos efetivos e ocupantes de cargos de livre-provimento e demissão; informações sobre os concursos públicos realizados, tais como editais, resultados e quadro de convocações;

- **Arquitetos e Urbanistas:** contendo acesso à consulta de registro de pessoas físicas e jurídicas no CAU; à página que permite verificar a autenticidade de um Registro de Responsabilidade Técnica; à página para formalização de denúncias; além de a dados atualizados sobre o número de profissionais e empresas com cadastro ativo no CAU/BR por unidade da federação.

- **Registre seu Pedido:** contendo link de acesso ao e-SIC; relatórios de atendimento de demandas do SIC e contato da autoridade de monitoramento; telefone e e-mail do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); e resposta às perguntas mais frequentes da sociedade.

Análise crítica

4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Medidas Adotadas

O CAU/PI possui facilidades no site (www.caupi.gov.br) para acessos de pessoas com deficiência, como contraste, lupa e etc. Considerando que a sede do CAU/PI é alugada e o prédio possui edificação antiga, ainda não possui rampas de acessibilidade, porém estas mudanças já estão sendo analisadas.

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 5.0 - Introdução
- 5.1 - Gestão de riscos e controles internos

5.0 - INTRODUÇÃO

O CAU/PI busca o desenvolvimento na gestão de pessoas, promovendo capacitações e acompanhando a saúde laboral dos seus colaboradores por meio de exames realizados anualmente, além de aquisição e Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) necessários para a realização das atividades fiscalizatórias e disponibilização de ambientes limpos e arejados a todos os setores desta Autarquia.

5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O CAU/PI pela estrutura de pessoal que dispõe, não possui um sistema de gestão de riscos próprio, fazendo uso do auxílio do CAU/BR para acompanhamento da gestão.

A Comissão de Finanças, Atos Administrativos e Planejamento Estratégico do CAU/PI acompanha e analisa mensalmente o desenvolvimento do plano de ação dentro do Conselho, evitando assim riscos capazes de afetar o alcance dos objetivos e metas. Além da Comissão Estadual, o Conselho Federal possui comissão para análise e acompanhamentos das contas de todos os CAU/UFs, a fim de identificar qualquer inconsistência dentro do orçamento apresentado.

O principal risco observado para o alcance dos objetivos do CAU/PI é o aumento da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, como medidas para a diminuição desse índice, o CAU/PI utiliza-se do refinanciamento, oferecendo aos profissionais e empresas melhores condições para negociação das dívidas.

6. RESULTADO DA GESTÃO

- 6.0 - Introdução
- 6.1 - Objetivos e Metas
- 6.2 - Resultados

6.0 - INTRODUÇÃO

RESULTADOS RELAVANTES EM 2018:

Dentre os principais resultados alcançados em 2018, destacam-se os seguintes:

I - Em relação ao objetivo estratégico: Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo, foram realizadas 06 (seis) viagens que abrangeram 19 (dezenove) cidades, sendo elas: Parnaíba, Floriano, Oeiras, São Raimundo Nonato, Paulistana, Picos, Valença, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Piripiri, Piracuruca e Campo Maior. Em junho/2018 foi realizado o I Ciclo de Palestras: Referências para Arquitetura 2018, tendo como temas: Iluminação Residencial e Paisagismo, com Patrícia Fernandes; e Arquitetura Comercial e Visual Merchandising, com Fernando Navarro. No que tange ao Atendimento (Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a sociedade), o CAU/PI contratou um assessor técnico para dar mais agilidade e fluidez no atendimento. E em relação à Estrutura Básica (Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade), em 2018 o CAU/PI pôde contar com a contratação de uma internet mais veloz, para poder atender as demandas internas e externas, bem como, a contratação de um estagiário de Direito.

II - Na busca de **“Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade”**. O setor de Atendimento do CAU/PI engloba as ações de cadastro e resolução de protocolos do SICCAU, registro de pessoas físicas e jurídicas, atendimento a dúvidas via telefone, e-mail e presencial, coleta de dados biométricos, entre outros. Durante o ano de 2018 estes serviços foram realizados no Conselho pela gerente técnica Vívian Medeiros e pela fiscal Núbia Regina e pelo assessor técnico Rafael Melo, este último contratado em abril de 2018.

Em dezembro de 2018 foi realizado o II Ciclo de Palestras, evento em Homenagem ao Arquiteto; que contou com as seguintes palestras: ‘Contrato de Arquiteto: Como evitar armadilhas’, proferida pelo Arquiteto e Urbanista João Alberto; ‘Gestão e Inovação de Escritórios’ - Ricardo Meira; e ‘Arquitetura e Design caminhando lado a lado’, com Flávio Franco.

O programa Atendimento Itinerante esteve nas cidades de Piripiri, Parnaíba e Picos, visando levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. O planejamento das viagens e a escolha das cidades a receber o programa são feitos

através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU, são para arquitetos.

Foi solicitado atendimento na cidade de São Raimundo Nonato devido ao número crescente de arquitetos atuantes e residentes na cidade, porém não foi possível executá-lo devido à grande demanda de fim de ano juntamente com impedimentos gerados pelo período eleitoral.

Também foram realizadas ações educacionais como se fez nos anos anteriores, realizando palestras de apresentação do Conselho para turmas de formandos tanto na própria sede do CAU/PI como nas Instituições de Ensino. Os alunos ingressos da Universidade Federal do Piauí e do Centro Universitário Uninovafapi também receberam a visita da gerente técnica juntamente com o presidente para bate-papo sobre as funções e atribuições da Autarquia que representam.

Outra ação educacional importante que foi realizada apenas uma vez, mas que foi de grande proveito, foi a visita da gerente técnica a uma Instituição de Ensino Superior para apresentar o que é, para que serve e como se cadastra um Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. A convite de um professor da IES, foi demonstrado como cadastrar as várias modalidades de RRTs explicado suas particularidades, tirando ainda dúvidas dos egressos presentes. O formato de apresentação pode e deve ser copiado pelo CAU/PI em sua nova gestão, pois o resultado é extremamente satisfatório.

III - Para "**Fomentar o acesso da Sociedade à Arquitetura e Urbanismo**" o CAU/PI realizou No mês de outubro foi realizado em Parnaíba o Observatório CAU PI/BA/PE, palestras com os seguintes temas: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), com o conselheiro federal do CAU/PI, Gerardo Fonseca; Teoria dos Jogos: design estratégico para as cidades, com Rafael Pacheco Gonçalves; O Poder transformador da Acústica: Escolas, Escritórios e Restaurantes, com Débora Barretto (BA); Sistemas Sustentáveis da Arquitetura, com Anderson Mourão (PI); Arquitetura Produzida no Escritório Francisco Costa; Contrato de prestação de serviço de arquitetura: como evitar armadilhas, com Matozalém Sousa Santana (TO); O Futuro da Arquitetura, com Rafael Tenório (PE); Uma olhar sobre a arte urbana, com Edmo Campos; e o Encontro da Arte com a Arquitetura, com Adriano Melo.

IV - Para "**Assegurar eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade**" o CAU/PI com o intuito de aproximar a arquitetura da sociedade, contratou um estagiário de Marketing, para tratar as publicações nas redes sociais.

6.1 - OBJETIVOS E METAS

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O método utilizado pelo CAU foi baseado no Balanced Scorecard (BSC), no qual decompõe a estratégia de uma maneira lógica, baseando-se em relações de causa e efeito, vetores de desempenho e relação com fatores financeiros.

A estratégia de atuação do CAU orienta-se por uma leitura do cenário econômico e social do país e da arquitetura e urbanismo, e da análise do desempenho e projeções sobre a evolução do Conselho no período. São consideradas a ampliação da capacidade operacional decorrente da necessidade da melhoria da fiscalização profissional e do atendimento aos arquitetos e urbanistas, dos recursos tecnológicos e da força de trabalho da instituição, composta por colaboradores oriundos do processo de concurso público e prestadores de serviços.

A estratégia é definida pela identificação do foco de cada objetivo estratégico, representado por um conjunto de indicadores e metas, que são desdobrados nos respectivos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF. São estabelecidos limites para a aplicação dos recursos, que complementam a estratégia de atuação nos níveis tático e operacional.

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Missão

Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos.

Valores

- Ética e transparência;
- Excelência organizacional;
- Comprometimento com a inovação.
- Unicidade e integração;
- Democratização da informação e conhecimento;
- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

FORÇAS:

- Legitimação pela categoria profissional;
- Presença em todas as unidades da federação;
- Competência e comprometimento dos conselheiros, funcionários e demais colaboradores;
- Ausência de história negativa;
- Base tecnológica diferenciada;
- Poder de “polícia”
- Criado com 100 mil arquitetos e urbanistas já registrados;
- Apoio das entidades nacionais;
- Possuir a experiência e a história acumuladas por mais de 90 anos pelas entidades de Arquitetos.

FRAQUEZAS:

- Insegurança financeira
- Carência de informações sobre o público-alvo;
- Tecnologia própria em desenvolvimento;
- Influência do antigo conselho;
- Fluxos e processos inter-relacionados;
- Insustentabilidade financeira de alguns CAU/UF.

Análise de ambiente externo

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;
- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Em virtude do tamanho da estrutura para o funcionamento do Conselho, inclusive em razão da proporção de profissionais da área para o estado, são encontradas dificuldades que se não impedem, ao menos alonga o prazo para efetivação do planejamento estratégico.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

- Intensificar parcerias estratégicas com entidades de arquitetura e urbanismo, instituições públicas, privadas e do terceiro setor, visando alavancar competências, conhecimentos, mercados e recursos para ampliar a atuação do CAU no desenvolvimento e fortalecimento do exercício profissional e da arquitetura e urbanismo.
- Enfatizar iniciativas destinadas a aprimorar o atendimento, tanto presencial quanto virtual, visando atender às demandas e necessidades dos arquitetos e urbanistas com prontidão e excelência.
- Estimular e priorizar projetos e ações voltadas para a valorização e fortalecimento da profissão com foco em resultados, mensuráveis em metas e indicadores.
- Priorizar, aprimorar e implementar ações e processos inovadores de Gestão Estratégica (planejamento, monitoramento e avaliação de resultados) de forma a medir e comunicar os resultados para os arquitetos e urbanistas e a sociedade em geral.
- Adotar procedimentos na busca da efetiva atuação sistêmica.
- Adotar mecanismos de aperfeiçoamento da regulamentação do exercício da arquitetura e urbanismo.

Identificação da estratégia futura

- Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada;
- Garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana;
- Estimular a produção da arquitetura e urbanismo como política de Estado;
- Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo;
- Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e sociedade
- Macro Objetivo:
Assegurar eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade
- Macro Objetivo:
Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.
- Macro Objetivo:
Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

6.2 - RESULTADOS

Introdução aos resultados alcançados

RESULTADOS RELAVANTES EM 2018:

Dentre os principais resultados alcançados em 2018, destacam-se os seguintes:

I - Em relação ao objetivo estratégico: Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo, foram realizadas 06 (seis) viagens que abrangeram 14 (quatorze) cidades, sendo elas: Parnaíba, Floriano, Oeiras, São Raimundo Nonato, Paulistana, Picos, Valença, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Piripiri, Piracuruca e Campo Maior. Em junho/2018 foi realizado o I Ciclo de Palestras: Referências para Arquitetura 2018, tendo como temas: Iluminação Residencial e Paisagismo, com Patrícia Fernandes; e Arquitetura Comercial e Visual Merchandising, com Fernando Navarro. No que tange ao Atendimento (Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a sociedade), o CAU/PI contratou um assessor técnico para dar mais agilidade e fluidez no atendimento. E em relação à Estrutura Básica (Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade), em 2018 o CAU/PI pôde contar com a contratação de uma internet mais veloz, para poder atender as demandas internas e externas, bem como, a contratação de um estagiário de Direito.

II - Na busca de “**Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade**”. O setor de Atendimento do CAU/PI engloba as ações de cadastro e resolução de protocolos do SICCAU, registro de pessoas físicas e jurídicas, atendimento a dúvidas via telefone, e-mail e presencial, coleta de dados biométricos, entre outros. Durante o ano de 2018 estes serviços foram realizados no Conselho pela gerente técnica Vívian Medeiros e pela fiscal Núbia Regina e pelo assessor técnico Rafael Melo, este último contratado em abril de 2018.

Em dezembro de 2018 foi realizado o II Ciclo de Palestras, evento em Homenagem ao Arquiteto; que contou com as seguintes palestras: ‘Contrato de Arquiteto: Como evitar armadilhas’, proferida pelo Arquiteto e Urbanista João Alberto; ‘Gestão e Inovação de Escritórios’ - Ricardo

Meira; e 'Arquitetura e Design caminhando lado a lado', com Flávio Franco.

O programa Atendimento Itinerante esteve nas cidades de Piri-piri, Parnaíba e Picos, visando levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. O planejamento das viagens e a escolha das cidades a receber o programa são feitos através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU, são para arquitetos.

Foi solicitado atendimento na cidade de São Raimundo Nonato devido ao número crescente de arquitetos atuantes e residentes na cidade, porém não foi possível executá-lo devido à grande demanda de fim de ano juntamente com impedimentos gerados pelo período eleitoral.

Também foram realizadas ações educacionais como se fez nos anos anteriores, realizando palestras de apresentação do Conselho para turmas de formandos tanto na própria sede do CAU/PI como nas Instituições de Ensino. Os alunos ingressos da Universidade Federal do Piauí e do Centro Universitário Uninovafapi também receberam a visita da gerente técnica juntamente com o presidente para bate-papo sobre as funções e atribuições da Autarquia que representam.

Outra ação educacional importante que foi realizada apenas uma vez, mas que foi de grande proveito, foi a visita da gerente técnica a uma Instituição de Ensino Superior para apresentar o que é, para que serve e como se cadastra um Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. A convite de um professor da IES, foi demonstrado como cadastrar as várias modalidades de RRTs explicando suas particularidades, tirando ainda dúvidas dos egressos presentes. O formato de apresentação pode e deve ser copiado pelo CAU/PI em sua nova gestão, pois o resultado é extremamente satisfatório.

III - Para "**Fomentar o acesso da Sociedade à Arquitetura e Urbanismo**" o CAU/PI realizou No mês de outubro foi realizado em Parnaíba o Observatório CAU PI/BA/PE, palestras com os seguintes temas: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), com o conselheiro federal do CAU/PI, Gerardo Fonseca; Teoria dos Jogos: design estratégico para as cidades, com Rafael Pacheco Gonçalves; O Poder transformador da Acústica: Escolas, Escritórios e Restaurantes, com Débora Barretto (BA); Sistemas Sustentáveis da Arquitetura, com Anderson Mourão (PI); Arquitetura Produzida no Escritório Francisco Costa; Contrato de prestação de serviço de arquitetura: como evitar armadilhas, com Matozalém Sousa Santana (TO); O Futuro da Arquitetura, com Rafael Tenório (PE); Uma olhar sobre a arte urbana, com Edmo Campos; e o Encontro da Arte com a Arquitetura, com Adriano Melo.

IV - Para "**Assegurar eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade**" o CAU/PI com o intuito de aproximar a arquitetura da sociedade, contratou um estagiário de Marketing, para tratar as publicações nas redes sociais.

ANEXO - INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI - INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI - Vide anexo do tópico 6.2 no final da seção
ANEXO - LIMITES ESTRATÉGICOS - LIMITES ESTRATÉGICOS - Vide anexo do tópico 6.2 no final da seção
ANEXO - USOS E FONTES CAU/PI - USOS E FONTES CAU/PI - Vide anexo do tópico 6.2 no final da seção

Anexo do tópico 6.2

INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI - INDICADORES DE RESULTADOS CAU/PI

3.B - INDICADORES DE RESULTADO				
Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da capacidade de fiscalização (%) - (CAU/UF)	$\frac{\text{quantidade de serviços fiscalizados pelo CAU/UF}}{\text{número de serviços propostos a serem fiscalizados}}$	90%	133%	Índice ultrapassou a meta. Quantidade de serviços fiscalizados no CAU/PI (1.067). Serviços propostos - 800.
Índice de RRT por mês por profissional ativo (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT registrados por mês}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}}$	5,5	4,71	Satisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 2,08. Índice no 2º quadrimestre - 3,85
Índice de RRT por profissional ativo (Qdte) - (CAU/UF)	$\frac{\text{número total de RRT registrados}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}} \times 100$	550	471	Satisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 131. Índice no 2º quadrimestre - 385.
Índice de capacidade de atendimento de denúncias (%) - (CAU/UF)	$\frac{\text{quantidade de denúncias atendidas pelo CAU/UF}}{\text{número de denúncias recebidas pelo CAU/UF}} \times 100$	90%	100%	A meta ultrapassou o previsto.
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de atendimento (Estados)	$\frac{\text{número de solicitações tratadas em até 30 dias}}{\text{número de solicitações}} \times 100$ (valor do trimestre)	100%	100%	Meta alcançada.
Índice de satisfação com a solução da demanda (Estados)	$\frac{\text{número de usuários satisfeitos com a solução da demanda}}{\text{número de usuários que responderam a pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	95,23%	100%	Índice ultrapassou a meta. Índice no 1º quadrimestre - 95,23%. Índice no 2º quadrimestre - 88,23%

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Fórmula	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Acessos à página do CAU UF (Estados)	Quantidade de acessos qualificados (visitantes únicos) a página do CAU (acumulado no ano)	50000	40498	Satisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 16.329. Índice no 2º quadrimestre - 29.959.
Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de RRT por população (1.000 habitantes) (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT do Estado}}{\text{população do Estado (1000 habitantes)}} \times 100$ (valor do trimestre)	1,58	1,47	Satisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 0,59. Índice no 2º quadrimestre - 1,44.
Índice de RRTs mínimas (Estados)	$\frac{\text{RRT mínima}}{\text{total de RRT no estado}} \times 100$	0,15	0,03	Insatisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 0,05. Índice no 2º quadrimestre - 0,04.
Assegurar a sustentabilidade financeira	Fórmula	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de receita por arquiteto e urbanista (Estados)	$\frac{\text{receita corrente do Estado}}{\text{arquiteto e urbanista ativo no Estado}} \times 100$ (valor do trimestre)	R\$ 1.314,00	R\$ 1.170,68	Índice no 1º quadrimestre - R\$ 450,00. Índice no 1º quadrimestre - R\$ 825,53. Receita corrente do Estado: 1.167.171,45. Total de ativos PF: 997.
Relação receita/custo de pessoal (Estados)	$\frac{\text{custo de pessoal do Estado}}{\text{receita corrente do Estado}} \times 100$	59,08%	61%	Índice no 1º quadrimestre - 56,57%. Índice no 2º quadrimestre - 53,57%. Em 2018 foi criado o cargo de Assessor Técnico.
Índice de liquidez corrente (Estados)	$\frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} \times 100$	4,00	3,44	Índice no 1º quadrimestre - 4,31. Índice no 2º quadrimestre - 3,69.
Índice de inadimplência pessoa física (Estados)	$\frac{\text{total de profissionais inadimplentes}}{\text{total de profissionais ativos}} \times 100$	14,6%	13,59%	O índice ultrapassou a meta. Índice no 1º quadrimestre - 38%. Índice no 2º quadrimestre - 16,11%
Índice de inadimplência pessoa jurídica (Estados)	$\frac{\text{total de empresas inadimplentes}}{\text{total de empresas ativas}} \times 100$	33,2%	55,25%	Insatisfatório. Índice no 1º quadrimestre - 63%. Índice no 2º quadrimestre - 57,22%. A projeção de empresas pagantes apresentada nas Diretrizes 2018 foi muito positiva, não correspondendo com a

Anexo do tópico 6.2

LIMITES ESTRATÉGICOS - LIMITES ESTRATÉGICOS

5- LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTRATÉGICOS:

BASE DE CÁLCULO	APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Aprovado 2018(R\$)	Valor Executado 2018 (R\$)	% de Execução
	1. Receita de Arrecadação	745.220	699.060	93,8
	2. Recursos do fundo de apoio (CAU Básico)	449.625	448.755	99,8
	3. Soma (1+2)	1.194.845	1.147.815	96,1
	4. Aportes ao Fundo de Apoio	22.646	22.646	100,0
	6. Receita da Arrecadação Líquida (RAL = 3 - 4 - 5)	1.172.199	1.125.169	96,0

BASE DE CÁLCULO (Item 6)	LIMITES		Aprovado 2018	Executado 2018	% de Execução
	Fiscalização (mínimo de 20 % do total da RAL)	Valor	343.417	337.936	98,40
		%	29,3%	30,0%	0,74
	Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	Valor	177.845	178.614	100,43
		%	15,2%	15,9%	0,70
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	49.480	49.150	99,33
		%	4,2%	4,4%	0,20
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	10.000	-	-
		%	0,9%	0,0%	(0,85)
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6 % do total da RAL)	Valor	79.880	74.177	92,86
		%	6,8%	6,6%	(0,22)
	Assistência Técnica (mínimo de 2% do total da RAL)	Valor	30.400	25.027	82,33
		%	2,6%	2,2%	(0,37)
	Reserva de Contingência (até 2 % do total da RAL)	Valor	13.000	8.310	63,93
%		1,1%	0,7%	(0,37)	

COMENTÁRIOS/JUSTIFICATIVAS PARA AS VARIÁÇÕES EM ÍNDICES APROVADOS/REALIZADOS.

Não foi possível a participação do assessor de comunicação no curso de corel por causa do adiamento do curso.

BASE DE CÁLCULO	FOLHA DE PAGAMENTO	Valor Aprovado 2018(R\$)	Valor Executado 2018 (R\$)	% de Execução
	A. Pessoal e Encargos (Valores totais)	715.903,33	707.465	98,82
	B. Valor total das rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios.	80.072,28	78.259	97,73
	C. Receitas Correntes	1.211.828	1.167.171	96,31

BASE DE CÁLCULO (Item 6)	LIMITES		Aprovado 2018	Executado 2018	% de Execução
	Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar despesas decorrentes de rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios)	Valor	635.831	629.207	98,96
		%	52,5%	53,9%	0,01
	Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento -salários, encargos e benefícios)	Valor	14.000	11.049	78,92
		%	2,0%	1,6%	(0,00)

Anexo do tópico 6.2

USOS E FONTES CAU/PI - USOS E FONTES CAU/PI

Relatório de Gestão – Exercício 2018

6. Quadro Geral de Fontes e Usos

Especificação	PROGRAMAÇÃO 2018			
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução	
			Valor (R\$) (C= B-A)	(%) (D= C/A)
I - FONTES				
1. Receitas Correntes	1.211.828	1.167.171	(44.657)	(3,7)
1.1 Receitas de Arrecadação	745.220	699.060	(46.160)	(6,2)
1.1.1 Anuidades	336.794	300.894	(35.900)	(10,7)
1.1.1.1 Pessoa Física	279.967	254.868	(25.099)	(9,0)
1.1.1.1.1 Anuidade Exercício	249.967	231.264	(18.703)	(7,5)
1.1.1.1.2 Anuidade Exercícios anteriores	30.000	23.604	(6.396)	(21,3)
1.1.1.2 Pessoa Jurídica	56.827	46.026	(10.801)	(19,0)
1.1.1.2.1 Anuidade Exercício	49.827	38.698	(11.129)	(22,3)
1.1.1.2.2 Anuidade Exercícios anteriores	7.000	7.328	328	4,7
1.1.2 RRT	371.198	343.119	(28.079)	(7,6)
1.1.3 Taxas e Multas	37.228	55.047	17.819	47,9
1.2 Aplicações Financeiras	10.919	10.175	(744)	(6,8)
1.3 Outras Receitas	6.064	9.181	3.117	51,4
1.4 Fundo de Apoio	449.625	448.755	(870)	(0,2)
2 Receitas de Capital	-	-	-	-
2.1 Saldos de Exercícios Anteriores (Superávit Financeiro)			-	-
2.2 Outras Receitas			-	-
I – TOTAL	1.211.828	1.167.171	(44.657)	(3,7)
II. USOS				
II.1 Programação Operacional	1.126.663	1.105.406	(21.257)	(1,9)
Projetos	116.370	96.824	(19.546)	(16,8)
Atividades	1.010.293	1.008.582	(1.711)	(0,2)
II.2 Aportes ao Fundo de Apoio	22.646	22.646	-	-
II.3 Aporte ao CSC	49.519	49.519	(0)	(0,0)
II.4 Reserva de Contingência	13.000		(13.000)	(100,0)
II – TOTAL	1.211.828	1.177.570	(34.258)	(2,8)
VARIAÇÃO (I-II)	-	10.398,9	10.398,9	-

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO 2018 - POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES - 2018			USOS - 2018		
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução % (C=B-A)	Valor Programado (R\$) (D)	Valor Executado (R\$) (E)	Variação % (F=E-D)
Corrente	1.211.828	1.167.171	96,3	1.211.828	1.105.406	91,2
Capital	-	-	-	-	-	-
Total	1.211.828	1.167.171	96,3	1.211.828	1.105.406	91,2

7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- 7.0 - Introdução
- 7.1 - Declaração dos titulares da secretaria-executiva e da unidade responsável pelo planejamento, orçamento e administração
 - 7.1.1 - Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício
- 7.2 - Gestão orçamentária e financeira
 - 7.2.1 - Despesas detalhadas
 - 7.2.2 - Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações
 - 7.2.3 - Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado
 - 7.2.4 - Explicações sobre variações do resultado
 - 7.2.5 - Principais desafios e ações futuras
- 7.3 - Gestão de pessoas

- 7.3.1 - Avaliação da força de trabalho
- 7.3.2 - Detalhamento da despesa de pessoal
- 7.3.3 - Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia
- 7.4 - Gestão de licitações e contratos
- 7.5 - Gestão patrimonial e infraestrutura
- 7.6 - Gestão da tecnologia da informação
- 7.7 - Gestão de custos
- 7.8 - Sustentabilidade ambiental

7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Em relação aos objetivos estratégicos, dentre os principais resultados alcançados em 2018, destacam-se os seguintes:

I - Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo, foram realizadas 06 (seis) viagens que abrangeram 14 (quatorze) cidades, sendo elas: Parnaíba, Floriano, Oeiras, São Raimundo Nonato, Paulistana, Picos, Valença, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Piri-piri, Piracuruca e Campo Maior. Em junho/2018 foi realizado o I Ciclo de Palestras: Referências para Arquitetura 2018, tendo como temas: Iluminação Residencial e Paisagismo, com Patrícia Fernandes; e Arquitetura Comercial e Visual Merchandising, com Fernando Navarro.

II - Na busca de **“Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade”**. O setor de Atendimento do CAU/PI engloba as ações de cadastro e resolução de protocolos do SICCAU, registro de pessoas físicas e jurídicas, atendimento a dúvidas via telefone, e-mail e presencial, coleta de dados biométricos, entre outros. Durante o ano de 2018 estes serviços foram realizados no Conselho pela gerente técnica Vivian Medeiros e pela fiscal Núbia Regina e pelo assessor técnico Rafael Melo, este último contratado em abril de 2018. Em dezembro de 2018 foi realizado o II Ciclo de Palestras, evento em Homenagem ao Arquiteto; que contou com as seguintes palestras: ‘Contrato de Arquiteto: Como evitar armadilhas’, proferida pelo Arquiteto e Urbanista João Alberto; ‘Gestão e Inovação de Escritórios’ - Ricardo Meira; e ‘Arquitetura e Design caminhando lado a lado’, com Flávio Franco. O programa Atendimento Itinerante esteve nas cidades de Piri-piri, Parnaíba e Picos, visando levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. O planejamento das viagens e a escolha das cidades a receber o programa são feitos através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU, são para arquitetos.

III - Para **“Fomentar o acesso da Sociedade à Arquitetura e Urbanismo”** o CAU/PI realizou No mês de outubro foi realizado em Parnaíba o Observatório CAU PI/BA/PE, palestras com os seguintes temas: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), com o conselheiro federal do CAU/PI, Gerardo Fonseca; Teoria dos Jogos: design estratégico para as cidades, com Rafael Pacheco Gonçalves; O Poder transformador da Acústica: Escolas, Escritórios e Restaurantes, com Débora Barretto (BA); Sistemas Sustentáveis da Arquitetura, com

Anderson Mourão (PI); Arquitetura Produzida no Escritório Francisco Costa; Contrato de prestação de serviço de arquitetura: como evitar armadilhas, com Matozalém Sousa Santana (TO); O Futuro da Arquitetura, com Rafael Tenório (PE); Uma olhar sobre a arte urbana, com Edmo Campos; e o Encontro da Arte com a Arquitetura, com Adriano Melo.

IV - Para "**Assegurar eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade**" o CAU/PI com o intuito de aproximar a arquitetura da sociedade, contratou um estagiário de Marketing, para tratar as publicações nas redes sociais.

7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO

Nas páginas seguintes serão apresentadas demonstrações da eficiência e conformidade legal para realização das ações planejadas pelo CAU/PI.

ANEXO - Aplicação dos Recursos CAU/PI - Aplicação dos Recursos CAU/PI - Vide anexo do tópico 7.1.1 no final da seção

7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DA RECEITA:

- A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.167.171,00, totalizada 100% por Receita Corrente, e correspondente a **96,31%** do previsto de arrecadação na Proposta Orçamentária Reformulada de 2018.

DA DESPESA:

- A despesa realizada até o mês de dezembro de 2018, tratando-se por estas as despesas empenhadas, atingiu o valor de R\$ 1.170.280,00, que corresponde a **96,57%** executado do previsto na Proposta Orçamentária Reformulada de 2018, que é de R\$ 1.211.828,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:

- Comparando a Receita Arrecada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2018, constatou-se um **Deficit Orçamentário** no valor de R\$ 3.108,,00

7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	329.197,68	407.905,75	329.197,68	407.905,75	0,00	0,00	329.197,68	407.905,75
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	105.326,83	112.983,22	105.326,83	112.983,22	0,00	0,00	105.326,83	95.701,53
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Funcionários (Diárias)	60.400,00	61.200,00	60.400,00	61.200,00	0,00	0,00	60.400,00	61.200,00
Demais elementos do grupo	64.742,38	186.576,21	64.742,38	186.576,21	0,00	0,00	63.130,26	180.918,37
2. Juros e Encargos da Dívida								
6.2.2.1.1.01.05.01.004 - Taxas Bancárias	12.716,40	12.898,95	12.716,40	12.898,95	0,00	0,00	12.716,40	12.898,95
Demais elementos do grupo	0,00	7.553,33	0,00	7.553,33	0,00	0,00	0,00	7.553,33
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	329.197,68	407.905,75	329.197,68	407.905,75	0,00	0,00	329.197,68	407.905,75
6.2.2.1.1.01.01.01.001.003 - Gratificação de Natal - 13º Salário	35.974,86	39.525,22	35.974,86	39.525,22	0,00	0,00	35.974,86	39.525,22
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	105.326,83	112.983,22	105.326,83	112.983,22	0,00	0,00	105.326,83	95.701,53
6.2.2.1.1.01.01.01.002.002 - FGTS	40.036,90	42.808,17	40.036,90	42.808,17	0,00	0,00	40.036,90	37.954,13

6.2.2.1.1.01.01.01.003.005 - Auxílio Alimentação	48.712,60	60.089,61	48.712,60	60.089,61	0,00	0,00	48.712,60	60.089,61
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Funcionários (Diárias)	60.400,00	61.200,00	60.400,00	61.200,00	0,00	0,00	60.400,00	61.200,00
6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Conselheiros/Convidados (Diárias)	64.600,00	53.500,00	64.600,00	53.500,00	0,00	0,00	64.600,00	53.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	45.694,44	40.723,61	45.694,44	40.723,61	0,00	0,00	45.694,44	40.723,61
6.2.2.1.1.01.04.04.012.001 - serviços de reparo, conservação e manutenção	34.549,76	34.940,92	34.549,76	34.940,92	0,00	0,00	32.189,35	32.155,51
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Conselheiros/Convidados (Passagens)	33.460,93	33.350,30	33.460,93	33.350,30	0,00	0,00	33.460,93	33.350,30
6.2.2.1.1.01.07.03 - CSC - CAU	45.160,00	48.706,95	45.160,00	48.706,95	0,00	0,00	45.160,00	48.706,95
Demais elementos do grupo	198.202,75	241.662,96	196.717,75	234.372,96	1.485,00	7.290,00	193.884,24	226.674,73

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	1.281,65	0,00	1.281,65	0,00	0,00	0,00	1.281,65	0,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 7.2.1 no final da seção.

As despesas estão demonstradas nos anexos a seguir.

7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.118.105,00	1.203.889,00	73.858,86	40.205,00	10.342,86	32.266,00	1.181.621,00	1.211.828,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	1.117.205,00	1.203.889,00	73.158,86	40.205,00	10.342,86	32.266,00	1.180.021,00	1.211.828,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	281.363,00	336.940,00	20.318,86	11.000,00	8.342,86	11.146,00	293.339,00	336.794,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	281.363,00	336.940,00	20.318,86	11.000,00	8.342,86	11.146,00	293.339,00	336.794,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	281.363,00	336.940,00	20.318,86	11.000,00	8.342,86	11.146,00	293.339,00	336.794,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	305.400,00	358.488,00	29.619,00	13.147,80	0,00	0,00	335.019,00	371.635,80
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	0,00	291,40	0,00	0,00	0,00	291,40
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	305.400,00	358.488,00	29.619,00	12.710,00	0,00	0,00	335.019,00	371.198,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	146,40	0,00	0,00	0,00	146,40
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	33.000,00	36.000,00	5.000,00	9.846,40	2.000,00	11.724,00	36.000,00	34.122,40
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE								

MORA SOBRE ANUIDADES	4.000,00	7.000,00	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	6.000,00	8.000,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.000,00	29.000,00	3.000,00	8.846,40	2.000,00	11.724,00	30.000,00	26.122,40
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.000,00	8.000,00	3.000,00	7.203,40	0,00	0,00	8.000,00	15.203,40
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24.000,00	21.000,00	0,00	1.643,00	2.000,00	11.724,00	22.000,00	10.919,00
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	484.839,00	453.684,00	0,00	0,00	0,00	619,00	484.839,00	453.065,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.603,00	18.777,00	18.221,00	6.210,80	0,00	8.777,00	30.824,00	16.210,80
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	12.603,00	18.777,00	18.221,00	3.733,20	0,00	8.777,00	30.824,00	13.733,20
6.2.1.1.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	2.477,60	0,00	0,00	0,00	2.477,60
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.118.105,00	1.203.889,00	130.697,86	243.571,38	67.181,86	235.632,38	1.181.621,00	1.211.828,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.118.105,00	1.203.889,00	130.697,86	243.571,38	67.181,86	235.632,38	1.181.621,00	1.211.828,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	1.117.205,00	1.203.889,00	129.997,86	243.571,38	67.181,86	235.632,38	1.180.021,00	1.211.828,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	679.986,00	732.160,00	57.913,19	126.705,60	36.472,19	82.411,26	701.427,00	776.454,34
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	613.986,00	672.960,00	53.113,19	104.505,60	29.872,19	62.211,26	637.227,00	715.254,34
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	401.345,00	449.100,00	47.174,21	81.575,21	17.487,10	39.080,65	431.032,11	491.594,56

6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	155.855,00	161.900,00	5.120,45	17.800,78	7.456,44	17.395,34	153.519,01	162.305,44
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	56.786,00	61.960,00	818,53	5.129,61	4.928,65	5.735,27	52.675,88	61.354,34
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	66.000,00	59.200,00	4.800,00	22.200,00	6.600,00	20.200,00	64.200,00	61.200,00
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	19.880,00	8.300,00	1.500,00	1.716,89	8.899,55	2.115,52	12.480,45	7.901,37
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	19.880,00	8.300,00	1.500,00	1.716,89	8.899,55	2.115,52	12.480,45	7.901,37
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	51.900,00	64.000,00	26.000,00	30.911,59	767,20	23.591,39	77.132,80	71.320,20
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	7.500,00	9.200,00	0,00	8.054,09	0,00	2.073,15	7.500,00	15.180,94
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	44.400,00	54.800,00	26.000,00	22.857,50	767,20	21.518,24	69.632,80	56.139,26
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	273.069,00	293.065,00	36.439,00	65.665,13	20.917,66	115.666,57	288.590,34	243.063,56
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	13.500,00	18.600,00	2.785,61	0,00	2.600,00	14.569,12	13.685,61	4.030,88
6.2.2.1.1.01.04.03 - MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	750,00	2.000,00	1.085,35	0,00	0,00	139,40	1.835,35	1.860,60
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	197.119,00	211.600,00	18.338,82	39.176,64	16.017,66	69.649,22	199.440,16	181.127,42
6.2.2.1.1.01.04.04.012 - Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e Imóveis	37.880,00	45.200,00	0,00	190,00	1.583,00	9.969,90	36.297,00	35.420,10
6.2.2.1.1.01.04.06 -								

PASSAGENS	61.700,00	60.865,00	14.229,22	26.488,49	2.300,00	31.308,83	73.629,22	56.044,66
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	21.900,00	30.140,00	8.145,63	234,51	125,22	7.788,45	29.920,41	22.586,06
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	21.900,00	30.140,00	8.145,63	234,51	125,22	7.788,45	29.920,41	22.586,06
6.2.2.1.1.01.06 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	18.337,47	0,00	0,00	0,00	18.337,47
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.470,00	76.224,00	0,04	0,19	0,04	4.059,19	70.470,00	72.165,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	20.794,00	22.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.794,00	22.646,00

7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO

Fazendo um comparativo entre Receita e Despesa nos exercícios 2018/2017:

Resultado Orçamentário: Em relação a Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada até o mês de dezembro de 2017, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 80.495,44.

Resultado Orçamentário: Em relação a Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada até o mês de dezembro de 2018, constatou-se um Déficit Orçamentário no valor de R\$ 3.190,00

7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO

Embora tenha sido apresentado um défict orçamentário em 2018, foi absorvido pelo superavit financeiro de 2017.

7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios do CAU/PI é a diminuição do índice de inadimplência de profissionais e empresas registradas no Conselho que impacta diretamente nas suas ações de aprimoramento da profissão bem como no atingimento de sua missão de promover a arquitetura e urbanismo para todos e sua visão de ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo. Sendo assim, o CAU/PI promoverá palestras e iniciará tratativas com o Sebrae a fim de firmar cooperação técnica para ofertar treinamentos e cursos no âmbito da gestão empresarial para auxiliar os profissionais e empresas na condução dos seus negócios, auxiliando na alavancagem dos mesmos.

Será realizado o Observatório CAU PI/BA/PI.

7.3 - GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

A gestão de pessoas do CAU/PI é efetuada pelo setor contábil/financeiro, através da contadora, conforme documentos contidos nos demais tópicos deste relatório e tal atividade objetiva a capacitação e o incentivo dos profissionais no exercício de suas funções.

Para assegurar a aplicação do art.18, inciso I, parágrafo 1º do art. 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal que determina a alocação de no máximo 55% do total das receitas correntes do exercício, compreendendo as receitas de arrecadação, aplicações financeiras e outras receitas correntes, para a alocação de despesas com pessoal (remunerações, encargos e benefícios) realiza o acompanhamento das suas despesas e receitas mensalmente e as encaminha para a chancela do Conselho Federal. Salienta-se que o orçamento anual somente é aprovado pelas instâncias superiores se observado o dispositivo da lei.

7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Força de trabalho da UPC

Introdução

Em 2018, o CAU/PI tinha 12 funcionários, destes, 04 de livre provimento e 08 contratados através do concurso público, edital nº 01/2013. Todos os funcionários possuem nível superior, no entanto 04 (quatro) deles estão lotados em cargos de nível médio. Em relação a faixa etária, a maioria dos funcionários possui menos de 30 (trinta) anos de idade.

Informações adicionais

No início do ano foi nomeada a gerente técnica e de fiscalização Vivan Medeiros. Em fevereiro a funcionária Liana Saraiva pediu exoneração. Em março a gerente geral Nagly Marcely foi exonerada e foi nomeada no mesmo cargo Socorro Magalhães. Em abril foi nomeado Rafael Melo para o cargo de assessor técnico.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	8	8	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	8	8	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	8	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4	3	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	12	3	2

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	3

Detalhamento da estrutura da UPC

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	4	4	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	4	4	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	4	4	0	1

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

Apesar da pouca quantidade de funcionários, o CAU/PI tem atingido um atendimento de excelência sem perder a qualidade, atendendo as demandas dentro dos prazos estipulados e atingindo as metas dimensionadas para o ano.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

A fiscalização, por ser área fim do Conselho ainda possui dificuldades para atuar, considerando a vasta área territorial do Estado. No final de 2018, o CAU/PI contratou uma nova analista de fiscalização (totalizando 02 fiscais), para intesificar a atuação neste setor, visando intesnsificar as fiscalização e atendimento a denúncias, em busca da excelência.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

A maioria dos servidores do CAU/PI são de cargos efetivos, contratados através de Concurso Público, somente os cargos de funções especiais são comissionados: Gerência Geral e Gerência Técnica e de Fiscalização.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não houveram aposentadorias em 2018.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Não houver afastamentos em 2018.

7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesas com Pessoal

Informações Adicionais

Em 2018, o CAU/PI contratou 03 (três) funcionários de livre provimento.

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
Despesas de Pessoal				
2018	546.344,61	0,00	0,00	546.344,61
2017	534.022,90	0,00	0,00	534.022,90

7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O CAU/PI não possui cargo, carreiras e salários.

7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

Todas as contratações do CAU/PI são regidas pela Lei de Licitações nº 8666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. Dentre as principais aquisições e contratações em 2018, elencamos abaixo as modalidades e contratos realizados pelo CAU/PI:

CONTROLE DE PROCESSOS 2018 - CPL			
PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE	STATUS
002/2018	Contratação de seguro para veículo Citroen AirCross do CAU/PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
15/2018	Aquisição de material de limpeza e higiene para o CAU/PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
98/2018	Aquisição de Material de Expediente para o CAU/PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
107/2018	Contratação de serviços de limpeza e manutenção de ar condicionados do CAU-PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
72/2018	Contratação de empresa fornecedora de passagens aéreas	Convite	ENCERRADO
161/2018	Contratação de serviços de Assistência Técnica para equipamentos de informática	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
159/2018	Serviços de retirada de vazamento, reposição de gás e substituição de dreno nos ar-condicionados do CAU/PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
183/2018	Contratação de serviço de internet para o CAU-	Dispensa de Licitação	ENCERRADO

	PI		
312/2018	Revisão periódica Ford Fiesta	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
286/2018	Aquisição e instalação de lavanderia	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
325/2018	Manutenção e recarga dos extintores	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
329/2018	Contratação de serviços de elaboração de PCMSO-PPRA para o CAUPI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
448/2018	Contratação de empresa de dedetização e descupinização da sede do CAU-PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
497/2018	Contratação de seguro para veículo Ford Fiesta do CAU-PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
538/2018	Instalação de Ar Condicionado Split	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
554/2018	Aquisição de material de limpeza e higiene para o CAU-PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
548/2018	Aquisição de material de informática	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
565/2018	Contratação de serviço de locação de imagem e som de evento do CAUPI em Parnaíba-PI	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
638/2018	Contratação de serviços fotografia, filmagem e transmissão para o Dia do Arquiteto	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
698/2018	Contratação de serviço de transporte de veículo	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
475/2018	Aquisição de Colete de Fiscalização (vestuário)	Dispensa de Licitação	ENCERRADO

695/2018	Aquisição de materiais gráficos diversos	Dispensa de Licitação	ENCERRADO
638/2018	Contratação do Humorista Amaurí Jucá	Inexigibilidade	ENCERRADO
638/2018	Contratação do Palestrante Flávio Franco	Inexigibilidade	ENCERRADO

7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

A contabilidade pública brasileira passa atualmente por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, levando a uma mudança de realidade nos procedimentos de contabilização que passam a ter um enfoque mais patrimonial e não meramente orçamentário. Nesse contexto de adequação às práticas mais aderentes ao controle patrimonial, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, por meio da sua Resolução CFC Nº 1.136 de 21.11.2008, a NBC T 16.9 - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sobre Depreciação, Amortização e Exaustão estabelecendo critérios e procedimentos para o registro contábil nas entidades públicas.

Em virtude da necessidade de aplicação dos registros de depreciação e amortização ao controle de patrimônio das entidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU-AP) iniciou em 2014 a contabilização regular da depreciação e amortização de seus itens de patrimônio. No entanto, os critérios para definição de vida útil dos bens e consequentes taxas de depreciação e amortização lineares aplicadas carecem de normativo. O CAU/PI realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012 com a estruturação da sua atual sede. Todos os bens adquiridos neste conselho foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF Nº 4, de 30 de janeiro de 1985 e IN SRF Nº 1700, de 14 de março de 2017, e na realidade aplicada ao CAU/PI.

No exercício de 2016 foi elaborada a Nota Técnica nº 001/2016/CONT, referente à definição de vida útil dos bens de patrimônio no âmbito do CAU PI. O pronunciamento presta esclarecimentos sobre o entendimento já aplicado desde 2014 pelo conselho, a respeito de critérios de definição de vida útil e consequentes taxas de depreciação e amortização dos bens. Em 2017, foi elaborada a Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 Gerência de Orçamento e Finanças - Auditoria Interna CAU/BR que divulgou o Manual de Procedimentos Contábeis do Sistema CAU - 1ª Edição - 2017.

ANEXO - Nota Técnica nº 01/2016 - CAU/PI - Nota Técnica nº 01/2016 - CAU/PI - Vide anexo do tópico 7.5 no final da seção

7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O CAU/UF não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010.

7.7 - GESTÃO DE CUSTOS

Demonstrativo de empenhos e pagamento segue em anexo.

ANEXO - Demonstrativo de Despesas - Demonstrativo de Despesas - Vide anexo do tópico 7.7 no final da seção

7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

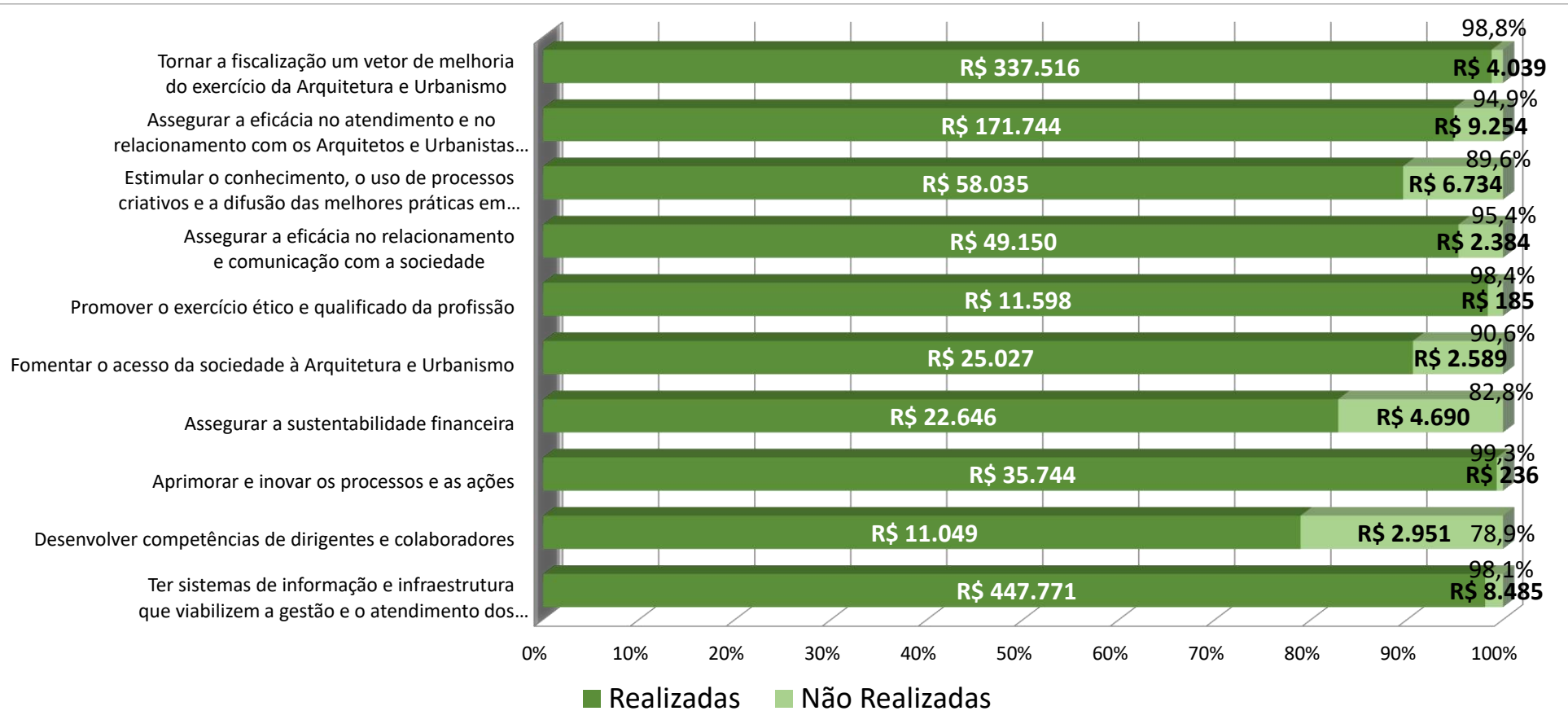
O CAU/PI defende o meio ambiente, por isso procuramos utilizar ao máximo a iluminação natural.

Adotamos a não utilização de copos descartáveis e reutilizamos como rascunho a folha de papel usada somente em um dos lados.

Anexo do tópico 7.1.1

APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAU/PI - APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAU/PI

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS x INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E APLICAÇÃO DE RECURSOS



Anexo do tópico 7.2.1

**DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.PDF -
DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada						Despesa Paga					
	2018			2017			2018			2017		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+h)												
a) Convite	37	76.617,62	6,55	49	80.852,94	7,67	26	74.257,21	6,53	40	78.492,53	7,49
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	37	76.617,62	6,6	49	80.852,94	7,7	26	74.257,21	6,5	40	78.492,53	7,5
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	134	88.530,41	7,56	192	119.968,81	11,38	40	83.905,06	7,38	59	119.138,22	11,36
j) Inexigibilidade	17	23.053,03	1,97	14	10.592,15	1,01	8	22.210,48	1,95	2	10.555,20	1,01
p) Compra Direta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	151	111.583,44	9,5	206	130.560,96	12,4	48	106.115,54	9,3	61	129.693,42	12,4
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	65	545.751,91	46,63	69	466.402,43	44,26	49	545.751,91	47,97	58	466.402,43	44,48
m) Diárias	37	55.000,00	4,70	36	62.000,00	5,88	37	55.000,00	4,83	36	62.000,00	5,91
	102	600.751,91	51,3	105	528.402,43	50,1	86	600.751,91	52,8	94	528.402,43	50,4
5. Total												
	290	788.952,97	67,42	360	739.816,33	70,20	160	781.124,66	68,66	195	736.588,38	70,24
6. Outros												
n) Outros	339	381.316,60	32,58	249	314.013,47	29,80	119	356.525,54	31,34	101	312.047,50	29,76
o) Chamamento Público	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	339	381.316,60	32,6	249	314.013,47	29,8	119	356.525,54	31,3	101	312.047,50	29,8
Total Geral												
	629	1.170.269,57	100	609	1.053.829,80	100	279	1.137.650,20	100	296	1.048.635,88	100

Anexo do tópico 7.5

**NOTA TÉCNICA Nº 01/2016 - CAU/PI - NOTA TÉCNICA Nº 01/2016 -
CAU/PI**



Nota Técnica nº 001/2016/CONT

Assunto: Definição de Vida Útil dos Bens de Patrimônio do CAU PI.

SUMÁRIO

1. A Contabilidade Pública Brasileira passa, atualmente, por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, levando a uma mudança de realidade nos procedimentos de contabilização, que passam a ter um enfoque mais patrimonial, e não meramente orçamentário.
2. Nesse contexto de adequação às práticas mais aderentes ao controle patrimonial, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, por meio da sua Resolução CFC Nº 1.136 de 21.11.2008, a NBC T 16.9 - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sobre Depreciação, Amortização e Exaustão, estabelecendo critérios e procedimentos para o registro contábil nas entidades públicas.
3. Em virtude da necessidade de aplicação dos registros de depreciação e amortização ao controle de patrimônio das entidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU PI iniciou, ao final de 2014, a contabilização da depreciação e amortização de seus itens de patrimônio. No entanto, os critérios para definição de vida útil dos bens e consequentes taxas de depreciação e amortização lineares aplicadas carecem de normativo. Desta forma, este pronunciamento se faz necessário para esclarecer o entendimento técnico aplicado desde 2014.



ANÁLISE

4. O CAU PI realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012, com a estruturação de sua primeira sede. Todos os bens adquiridos neste conselho estadual foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

5. Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF nº 4, de 30 de janeiro de 1985, e IN SRF nº 162, de 31 de janeiro de 1998, e aplicados, no que couberam, ao CAU PI.

6. Os bens de Móveis e Utensílios tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF nº 162. Como os móveis do CAU PI representam, em sua grande maioria, mobiliários de escritório para as atividades cotidianas dos funcionários do conselho, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil, por não haver fator de aceleração para depreciação.

7. Aos Veículos do CAU PI foi definida a vida útil de 05 anos, sugerida na IN SRF nº 162 para os automóveis. Como o automóvel do CAU PI tem por principal finalidade a atividade de fiscalização, com viagens dentro do estado, não se aplicou fator de desaceleração na depreciação, julgando-se prudente o constante na IN.

8. Os bens de Máquinas e Equipamentos tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF nº 162. Não houve fator de aceleração ou desaceleração aplicado.



9. Os Equipamentos de Processamento de Dados configuram, em sua grande maioria, os microcomputadores do CAU PI. Adotou-se a sugestão de vida útil disposta na IN SRF nº 4, de 05 anos, pois são bens com alta necessidade de renovação tecnológica.

10. Para os bens de Equipamentos de Informática, compostos em sua quase totalidade de *hardwares* ('periféricos'), foi adotado o prazo de 05 anos de vida útil, fixado na IN SRF nº 4.

11. Aos Softwares adquiridos e mantidos pelo CAU PI, utilizados para fins de processamento de dados, foi definida vida útil de 05 anos, estipulada como mínima pela IN SRF nº 4. Considerando-se a alta renovação tecnológica destes itens, utilizou-se o valor mínimo, sem aplicação de fator de desaceleração.

CONCLUSÃO

12. Mediante as justificativas apresentadas, a definição de vida útil dos bens de patrimônio do CAU PI fica sintetizada no quadro abaixo:

Conta Contábil	Vida Útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	05 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	05 anos
Equipamentos de Informática	05 anos
Softwares	05 anos




13. A vida útil dos bens de patrimônio interfere diretamente nas taxas de depreciação e amortização lineares adotadas pelo SISPAT.NET ao realizar os procedimentos mensais do CAU PI, registrados contabilmente, e de forma integrada, no SISCONT.NET.

14. Submete-se à apreciação superior para validação dos argumentos e formalização das definições estabelecidas quanto à vida útil dos bens patrimoniais.


Nadja Pereira Corrêa de Araújo
Contadora - CAU/PI

De acordo com os argumentos elencados e as definições estabelecidas, ratifica-se a aplicação da tabela de vida útil aos itens de patrimônio do CAU PI para fins de depreciação e amortização.


Nagly Marcelly de Sousa Lima
Gerente Geral - CAU/PI

Anexo do tópico 7.7

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

CAU-PI

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

CNPJ: 14.882.936/0001-06

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos

Todos os centros de custos

Centro de Custo	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
COMISSÕES PERMANENTES	75.379,28	72.368,54	72.368,54	72.368,54	72.368,54	72.368,54	72.368,54	3.010,74	0,00	0,00
COMISSÃO DE FINANÇAS ATOS ADMINISTRATIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	35.979,75	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	236,02	0,00	0,00
Administração e Planejamento do CAU/PI	35.979,75	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	35.743,73	236,02	0,00	0,00
COMISSÃO DE ÉTICA, ENSINO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	11.783,04	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	185,46	0,00	0,00
Por uma Ética Profissional no CAU/PI	11.783,04	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	11.597,58	185,46	0,00	0,00
COMISSÃO DE POLÍTICA PROFISSIONAL E POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL	27.616,49	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	2.589,26	0,00	0,00
Assistência Técnica	27.616,49	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	25.027,23	2.589,26	0,00	0,00
UNIDADE OPERACIONAL	1.136.448,72	1.105.028,17	1.105.028,17	1.097.738,17	1.097.738,17	1.065.118,80	1.065.118,80	31.420,55	7.290,00	32.619,37
GERÊNCIA GERAL	521.790,68	507.796,35	507.796,35	507.796,35	507.796,35	492.739,78	492.739,78	13.994,33	0,00	15.056,57
Estrutura Básica para o Funcionamento do Conselho	456.256,36	447.597,21	447.597,21	447.597,21	447.597,21	433.941,04	433.941,04	8.659,15	0,00	13.656,17
Comunicação do CAU/PI	51.534,32	49.150,08	49.150,08	49.150,08	49.150,08	47.939,68	47.939,68	2.384,24	0,00	1.210,40
Capacitação de Funcionários e Dirigentes do CAU/PI	14.000,00	11.049,06	11.049,06	11.049,06	11.049,06	10.859,06	10.859,06	2.950,94	0,00	190,00
PRESIDENCIA										

Centro de Custo	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	141.623,54	130.200,00	130.200,00	130.200,00	130.200,00	130.200,00	130.200,00	11.423,54	0,00	0,00
Reserva de Contingência	4.689,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.689,65	0,00	0,00
Fundo de Apoio	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	0,00	0,00	0,00
Patrocínio em Arquitetura	4.370,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.370,89	0,00	0,00
Representação Institucional do CAU/PI	60.398,00	58.035,27	58.035,27	58.035,27	58.035,27	58.035,27	58.035,27	2.362,73	0,00	0,00
Contribuição com as Despesas do CSC - Atendimento	8.071,60	8.071,41	8.071,41	8.071,41	8.071,41	8.071,41	8.071,41	0,19	0,00	0,00
Contribuição com as Despesas do CSC - Fiscalização	41.447,40	41.447,32	41.447,32	41.447,32	41.447,32	41.447,32	41.447,32	0,08	0,00	0,00
GERÊNCIA TÉCNICA	473.034,50	467.031,82	467.031,82	459.741,82	459.741,82	442.179,02	442.179,02	6.002,68	7.290,00	17.562,80
Atendimento de Excelência ao Público Alvo	172.926,51	170.542,74	170.542,74	163.672,74	163.672,74	157.556,93	157.556,93	2.383,77	6.870,00	6.115,81
Instituição da Fiscalização no CAU/PI	300.107,99	296.489,08	296.489,08	296.069,08	296.069,08	284.622,09	284.622,09	3.618,91	420,00	11.446,99
Total	1.211.828,00	1.177.396,71	1.177.396,71	1.170.106,71	1.170.106,71	1.137.487,34	1.137.487,34	34.431,29	7.290,00	32.619,37

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

WELLINGTON CARVALHO CAMARÇO
 CONSELHEIRO PRESIDENTE
 A329673
 697.043.683-72

JOÃO ALBERTO CARDOSO MONTEIRO
 CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO DE
 FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
 A24554
 060.590.403-06

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 8.0 - Introdução
- 8.1 - Declaração do contador / opinião dos auditores externos
- 8.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

ANEXO - Notas Explicativas 2018 - Notas Explicativas 2018 - Vide anexo do tópico 8.1 no final da seção

8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nome	Descrição
Balanco Financeiro.pdf	Balanco Financeiro
Balanco Orcamentario.pdf	Balanco Orcamentario
Balanco Patrimonial.pdf	Balanco Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Anexo do tópico 8.1

NOTAS EXPLICATIVAS 2018 - NOTAS EXPLICATIVAS 2018

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU/PI, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PI é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PI.

O Conselho está localizado na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro, na cidade de Teresina - PI.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2018** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017, dando continuidade com atualização, nos mesmos parâmetros, em 2018.
- b) **Alterações em 2018** - Os percentuais de inadimplência antes feitos por média ponderada, agora são tratados por média aritmética; e a aplicação da PDD, antes realizada sob anuidades a receber dos exercícios anteriores e do ano corrente, agora só se aplica aos exercícios anteriores.
- c) **Base de mensuração** - Média aritmética dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- d) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PI, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

e) Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Créditos de Anuidades	258.313	208.968
Anuidades do Exercício	140.861	102.485
Anuidades de Exercícios Anteriores	117.452	106.483
Créditos Dívida Ativa Tributária	66.317	6.157
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(160.724)	(170.915)

Do montante de R\$160.724 de Provisão de Perdas de Devedores Duvidosos, R\$112.359 são referentes a Devedores Pessoa Física, com ajuste de reversão de provisão, ao final do ano corrente, de R\$11.059; e R\$48.365 se referem a Devedores Pessoa Jurídica, com a provisão ajustada para maior, ao final do ano corrente, em R\$869. Os referidos lançamentos de ajustes foram realizados conforme dados dos relatórios 14 e 15 do sistema SICCAU.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PI segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	05	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	05	10%
Equipamentos de informática	05	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e às outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

a) **Implantação de política contábil em 2018** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu à verificação de riscos cíveis e trabalhistas, inexistindo, porém, valores a serem reconhecidos e registrados contabilmente como Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas no encerramento do exercício de 2018.

b) **Base de mensuração** - O CAU/PI adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, quando existente e aplicável, observam os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

- c) **Reflexo patrimonial comparativo** - Não houve reflexo patrimonial relacionado a Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas em 2018, pela inexistência destas no período.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

RESULTADO PATRIMONIAL 2018

Superávit Patrimonial

39.434

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco conta movimento	35.309	2.987
Aplicações financeiras	337.669	285.031
Total	372.977	288.017

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	140.861	102.485
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	117.452	106.482
(-) Provisão para devedores duvidosos	(160.724)	(170.914)
Fundo de Apoio a Receber	27.451	32.878
Total	125.040	70.931

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	27.451	32.878
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	140.861	102.485
Mais de 360 dias	117.452	106.482
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	- 160.724,00	- 170.914,00
Total	125.040	70.931

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidade em transito	171	-
Entidades publicas	233	191
Devedores da entidade	108	85
Entidades públicas devedoras	14	14
Total	526	291

8. Aplicações Temporárias a Curto Prazo

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos de Capitalização a Curto Prazo	-	50.000
Total	-	50.000

Título de Capitalização Brasilcap, do Banco do Brasil, com prazo de investimento encerrado.

9. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Material de Expediente	1.965	2.308
Material de limpeza e produtos de higiene	1.254	966
Material de informática	7.678	4.813
Total	10.897	8.087

10. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

10.1. Prêmios de Seguros a Apropriar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bens Móveis	1.063,14	1.123,82
	1.063,14	1.123,82

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

11. Créditos a Longo Prazo

	2018	2017
Créditos a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária - Anuidade PF	47.612,64	5.184,24
Dívida Ativa Tributária - Anuidade PJ	18.704,58	973,22
	<u>66.317,22</u>	<u>6.157,46</u>

A variação de saldo em Créditos a Longo Prazo se refere ao ajuste nos valores de inscrições em Dívida Ativa de devedores de Anuidade PF e PJ, conciliados aos controles gerenciais do setor jurídico; bem como ao aumento por novas inscrições de devedores no exercício de 2018.

12. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Moveis e utensílios	79.542,54	(28.196,84)	51.345,70	58.505,02
Máquinas e equipamentos	25.210,36	(9.445,16)	15.765,20	18.034,40
Veículos	109.400,00	(41.542,60)	67.857,40	81.531,30
Equipamentos de processamento de dados	68.261,00	(46.048,46)	22.212,54	33.819,10
Equipamentos de informática	10.860,45	(6.612,40)	4.248,05	5.996,33
Total	<u>293.274,35</u>	<u>(131.845,46)</u>	<u>161.428,89</u>	<u>197.886,15</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	31.12.2017	Adições	Baixas	Ajustes	Depreciação	31.12.2018
Moveis e utensílios	79.542,54	-	-	-	(28.196,84)	51.345,70
Máquinas e equipamentos	25.210,36	-	-	-	(9.445,16)	15.765,20
Veículos	109.400,00	-	-	-	(41.542,60)	67.857,40
Equipamentos de processamento de dados	68.261,00	-	-	-	(46.048,46)	22.212,54
Equipamentos de informática	10.860,45	-	-	-	(6.612,40)	4.248,05
Total	293.274,35	-	-	-	(131.845,46)	161.428,89

Não houve aquisição, baixa ou ajuste nos bens móveis da Entidade.

12. Intangível

	2018	2017
Softwares	1.800,00	1.800,00
Outros intangíveis	-	-
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(810,00)	(486,00)
	990,00	1.314,00

Movimentação do intangível:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Ajustes	Depreciação	31.12.2018
Softwares	1.800,00	-	-	-	(810,00)	990,00
Total	1.800,00	-	-	-	810,00	990,00

Não houve aquisição, baixa ou ajuste nos bens intangíveis da Entidade.

13. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Restos a Pagar Processados	32.619,37	5.193,92
Obrigações Diversas	8,00	8,00
	32.627,37	5.201,92

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

O valor constante em Restos a Pagar Processados é constituído de despesas liquidadas em 2018, porém com pagamento a se realizar apenas em 2019. A variação apresentada de R\$27.433 se refere, principalmente, aos encargos sociais da Folha de Pagamento de Dezembro/2018, constantes o saldo de Restos a Pagar por pagamento pendente para o exercício posterior.

Os Favorecidos e Respetivos Valores de Restos a Pagar Processados apresenta-se em 31/12/2018 como segue:

<u>Favorecido</u>	<u>Saldo</u>
Companhia Energética do Piauí	869,43
Telemar Norte Leste S/A	190,55
Claro S. A.	791,55
Caixa Econômica Federal	4.854,04
Secretaria da Receita Federal	18.085,49
H. V. Rios e Cia Ltda Me	425,00
Serv. Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	190,00
Domini Eventos e Cia	1.500,00
Emp. Bras. De Correios e Telégrafos - ECT	842,55
P. R. Kelly & Cia Ltda Me	2.360,41
Arena Transporte e Logística de Veículos LTDA EPP	2.510,35
	<u>32.619,37</u>

14. Provisões a curto prazo e demais obrigações a curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões Para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo		
Férias	60.688,98	53.206,81
13º Salário	-	-
INSS	13.048,13	11.173,43
FGTS	4.855,12	4.256,54
PIS/PASEP	606,89	532,07
	<u>79.199,12</u>	<u>69.168,85</u>
Demais Obrigações a Curto Prazo - Consignações		
INSS a Recolher	8.143,77	-
IRRF a Recolher	3.714,42	-
ISS a Recolher	576,73	239,64
IRRF / COFINS / CLSS / PIS a Recolher	12,75	78,84
	<u>12.447,67</u>	<u>318,48</u>

Em 2018, o valor de demais obrigações a curto prazo - consignações foi a maior,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

devido à pendência de pagamento dos encargos sociais da Folha de Pagamento de Dezembro/2018, com saldo a pagar transferido para o exercício posterior.

15. Provisão para riscos processuais

Não constam à Entidade, conforme acompanhamento de seus assessores legais, processos dos quais seja parte, a serem considerados para constituição de provisão para riscos processuais ou divulgação em notas.

16. Patrimônio Líquido

	2018	2017
Superávits ou Déficits do Exercício	65.847,25	42.097,81
Superávits ou Déficits Acumulados de Exercícios Anteriores	549.118,29	596.511,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(89.491,30)
	<u>614.965,54</u>	<u>549.118,29</u>

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. No ano de 2018 não houve ajuste.

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Há um total de dezesseis conselheiros junto ao CAU/PI, divididos como segue:

Conselheiros	Quantidade
Presidente	01
Vice-Presidente	01
Federal	01
Titular	05
Suplente (incluindo os de Presidente, Vice-Presidente e Federal)	08
	<u>16</u>

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PI, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

ou plano de aposentadoria; houve 02 (duas) rescisões de contrato de trabalho, por iniciativa dos empregados, em um valor total bruto de R\$19.085.

18. Despesas por natureza

Considerando-se como despesas os valores empenhados, ainda que não liquidados ou pagos, segue classificação.

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal e encargos	768.665,18	684.391,25
Despesas com contratação de terceiros	290.818,54	272.911,67
Uso de material de consumo	7.121,37	6.798,47
Impostos, taxas e contribuições	20.452,28	19.461,76
Transferências Concedidas	72.164,73	70.470,00
Despesas de Exercícios Anteriores	18.337,47	
Despesa de Capital	-	1.281,65
	<u>1.177.559,57</u>	<u>1.055.314,80</u>

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.375.324,11	1.223.779,16
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	1.308.439,72	1.181.681,35
(=) Superávit Patrimonial Apurado	<u>66.884,39</u>	<u>42.097,81</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.167.171,45	1.135.810,24
(-) Despesas Empenhadas	1.177.559,57	1.055.314,80
(=) Superávit / Déficit Orçamentário Apurado	<u>(10.388,12)</u>	<u>80.495,44</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	372.977,07	288.017,48
(-) Passivo Financeiro	131.564,16	76.174,25
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>241.412,91</u>	<u>211.843,23</u>

20. Seguros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
	Colisão, incêndio, roubo e furto para 01 veículo.	25.465,00
Veículo Ford Fiesta	RCFV - Danos Materiais para 01 veículo.	80.000,00
	RCFV - Danos Corporais para 01 veículo.	80.000,00
	Colisão, incêndio, roubo e furto para 01 veículo.	60.054,00
Veículo Citroen Aircross	RCFV - Danos Materiais para 01 veículo.	200.000,00
	RCFV - Danos Corporais para 01 veículo.	200.000,00
		645.519,00

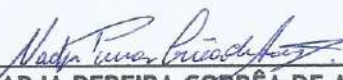
21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis, até a data de emissão do relatório de auditoria, que fossem necessários de divulgação conforme CPC 24 / IAS 10.

Teresina-PI, 31 de Dezembro de 2018.


MADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
 Contadora do CAU PI
 CRC-PI 010762/O

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO FINANCEIRO.PDF - BALANÇO FINANCEIRO

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.167.171,45	1.135.810,24	Despesa Orçamentária	1.177.559,57	1.055.314,80
RECEITA REALIZADA	1.167.171,45	1.135.810,24	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.290,00	1.485,00
RECEITA CORRENTE	1.167.171,45	1.135.810,24	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	32.619,37	5.193,92
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	300.893,60	275.186,95	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.137.650,20	1.048.635,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	300.893,60	275.186,95	DESPESA CORRENTE	1.137.650,20	1.047.354,23
ANUIDADES	300.893,60	275.186,95	PESSOAL	745.725,65	682.779,13
RECEITA DE SERVIÇOS	374.228,05	341.001,93	MATERIAL DE CONSUMO	6.701,37	5.313,47
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	291,40	1.143,87	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	68.338,30	71.448,54
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	373.790,25	339.570,86	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	205.930,40	197.881,33
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	146,40	287,20	ENCARGOS DIVERSOS	20.452,28	19.461,76
FINANCEIRAS	24.935,33	33.997,31	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.337,47	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.341,21	7.294,77	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.164,73	70.470,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	19.594,12	26.702,54	DESPESA DE CAPITAL		1.281,65
MULTAS SOBRE ANUIDADES	9.419,24	9.233,58	INVESTIMENTOS		1.281,65
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.174,88	17.468,96			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	452.195,33	474.256,37			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.919,14	11.367,68			
MULTAS DE INFRAÇÕES	9.324,15	11.309,97			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.292,36				
Outras Receitas Correntes	3.302,63	57,71			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	572.606,53	817.454,93	Pagamentos Extraorçamentários	477.258,82	892.853,45
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.290,00	1.485,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.485,00	74.500,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	32.619,37	5.193,92	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.193,92	5.129,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	89.058,20	84.846,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	76.929,01	84.695,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	443.638,96	725.929,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	393.650,89	728.528,78
Saldo em espécie do Exercício Anterior	288.017,48	282.920,56	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	372.977,07	288.017,48
Caixa e Equivalente de Caixa	288.017,48	282.920,56	Caixa e Equivalente de Caixa	372.977,07	288.017,48
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	2.027.795,46	2.236.185,73		2.027.795,46	2.236.185,73

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
 CONTADORA
 PI-010762/O
 037.314.633-77

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.PDF - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.203.889,00	1.211.828,00	1.167.171,45	-44.656,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	336.940,00	336.794,00	300.893,60	-35.900,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	336.940,00	336.794,00	300.893,60	-35.900,40
ANUIDADES	336.940,00	336.794,00	300.893,60	-35.900,40
RECEITA DE SERVIÇOS	358.488,00	371.635,80	374.228,05	2.592,25
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	291,40	291,40	0,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	358.488,00	371.198,00	373.790,25	2.592,25
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	146,40	146,40	0,00
FINANCEIRAS	36.000,00	34.122,40	24.935,33	-9.187,07
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.000,00	8.000,00	5.341,21	-2.658,79
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.000,00	26.122,40	19.594,12	-6.528,28
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.000,00	15.203,40	9.419,24	-5.784,16
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	21.000,00	10.919,00	10.174,88	-744,12
TRANSFERENCIAS CORRENTES	453.684,00	453.065,00	452.195,33	-869,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.777,00	16.210,80	14.919,14	-1.291,66
MULTAS DE INFRAÇÕES	18.777,00	13.733,20	9.324,15	-4.409,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	2.477,60	2.292,36	-185,24
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.203.889,00	1.211.828,00	1.167.171,45	-44.656,55

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	10.388,12	10.388,12
TOTAL			1.203.889,00	1.211.828,00	1.177.559,57	-34.268,43
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.203.889,00	1.211.828,00	1.177.559,57	1.170.269,57	1.137.650,20	34.268,43
PESSOAL	732.160,00	776.454,34	768.665,18	768.665,18	745.725,65	7.789,16
PESSOAL E ENCARGOS	672.960,00	715.254,34	707.465,18	707.465,18	684.525,65	7.789,16
DIÁRIAS	59.200,00	61.200,00	61.200,00	61.200,00	61.200,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	8.300,00	7.901,37	7.121,37	6.701,37	6.701,37	780,00
MATERIAL DE CONSUMO	8.300,00	7.901,37	7.121,37	6.701,37	6.701,37	780,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.000,00	71.320,20	68.338,30	68.338,30	68.338,30	2.981,90
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	9.200,00	15.180,94	14.838,30	14.838,30	14.838,30	342,64
DIÁRIAS	54.800,00	56.139,26	53.500,00	53.500,00	53.500,00	2.639,26
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	293.065,00	243.063,56	222.480,24	215.610,24	205.930,40	20.583,32
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	18.600,00	4.030,88	4.030,88	4.030,88	4.030,88	0,00
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	2.000,00	1.860,60	1.860,60	1.860,60	1.860,60	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	211.600,00	181.127,42	162.928,31	156.058,31	146.378,47	18.199,11
PASSAGENS	60.865,00	56.044,66	53.660,45	53.660,45	53.660,45	2.384,21
ENCARGOS DIVERSOS	30.140,00	22.586,06	20.452,28	20.452,28	20.452,28	2.133,78
ENCARGOS DIVERSOS	30.140,00	22.586,06	20.452,28	20.452,28	20.452,28	2.133,78
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	18.337,47	18.337,47	18.337,47	18.337,47	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.224,00	72.165,00	72.164,73	72.164,73	72.164,73	0,27
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	22.646,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.203.889,00	1.211.828,00	1.177.559,57	1.170.269,57	1.137.650,20	34.268,43
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.203.889,00	1.211.828,00	1.177.559,57	1.170.269,57	1.137.650,20	34.268,43

DESPESAS	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
----------	---------------	--------------------	-----------------------	------------------------	------------------------	-------------------	------------------

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/O
037.314.633-77

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	1.485,00	1.485,00	1.485,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.485,00	1.485,00	1.485,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	1.485,00	1.485,00	1.485,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	5.193,92	5.193,92	0,00	0,00
PESSOAL	0,00	1.612,12	1.612,12	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	3.581,80	3.581,80	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	5.193,92	5.193,92	0,00	0,00

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO PATRIMONIAL.PDF - BALANÇO PATRIMONIAL

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	511.540,73	418.449,93	PASSIVO CIRCULANTE	124.274,16	74.689,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	372.977,07	288.017,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	125.039,60	70.931,12	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CLIENTES	140.860,82	102.485,38	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	32.627,37	5.201,92
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	117.452,36	106.482,43	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	27.450,73	32.878,26	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	160.724,31	170.914,95	PROVISÕES A CURTO PRAZO	79.199,12	69.168,85
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.563,46	290,85	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.447,67	318,48
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	50.000,00		0,00	0,00
ESTOQUES	10.897,46	8.086,66		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.063,14	1.123,82		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	228.736,11	205.357,61	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	66.317,22	6.157,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	66.317,22	6.157,46	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	161.428,89	197.886,15	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	293.274,35	293.274,35	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	131.845,46	95.388,20	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	990,00	1.314,00		0,00	0,00
SOFTWARES	1.800,00	1.800,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	810,00	486,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	124.274,16	74.689,25

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	616.002,68	549.118,29
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	616.002,68	549.118,29
TOTAL	740.276,84	623.807,54	TOTAL	740.276,84	623.807,54
ATIVO FINANCEIRO	372.977,07	288.017,48	PASSIVO FINANCEIRO	131.564,16	76.174,25
ATIVO PERMANENTE	367.299,77	335.790,06	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				608.712,68	547.633,29

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	60.045,99	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	60.045,99D	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	241.412,91	211.843,23

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/O
037.314.633-77

Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.PDF -
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.375.324,11	1.223.779,16	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.308.439,72	1.181.681,35
CONTRIBUIÇÕES	471.120,37	349.813,45	PESSOAL E ENCARGOS	749.789,44	631.677,58
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	471.120,37	349.813,45	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	688.481,70	580.031,29
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	471.120,37	349.813,45	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	688.481,70	580.031,29
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	374.228,05	341.001,93	BENEFÍCIOS A PESSOAL	61.307,74	51.646,29
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	374.228,05	341.001,93	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	61.307,74	51.646,29
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	374.228,05	341.001,93	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	424.895,12	397.776,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	24.935,33	33.997,31	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.375,57	5.204,23
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.341,21	7.294,77	CONSUMO DE MATERIAL	5.375,57	5.204,23
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	5.341,21	7.294,77	SERVIÇOS	382.738,29	352.773,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	19.594,12	26.702,54	DIARIAS	114.700,00	125.000,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	19.594,12	26.702,54	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	68.498,75	60.688,72
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	446.767,80	477.314,01	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	199.539,54	167.084,71
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	446.767,80	477.314,01	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	36.781,26	39.798,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	446.767,80	477.314,01	DEPRECIACAO	36.457,26	39.474,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	58.272,56	21.652,46	AMORTIZACAO	324,00	324,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	3.302,63	57,71	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	72.164,73	70.470,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	3.302,63	57,71	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	72.164,73	70.470,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	54.969,93	21.594,75	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	72.164,73	70.470,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	9.324,15	11.309,97	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	868,79	81.423,65
INDENIZAÇÕES	2.292,36	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	868,79	81.423,65
REVERSÃO DE PROVISÕES	43.353,42	10.220,13	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	868,79	81.423,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	64,65	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	60.721,64	333,81
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	60.721,64	333,81
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	60.721,64	333,81

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total das Variações Ativas :	1.375.324,11	1.223.779,16	Total das Variações Passivas :	1.308.439,72	1.181.681,35
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	66.884,39	42.097,81
Total	1.375.324,11	1.223.779,16	Total	1.375.324,11	1.223.779,16

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/O
037.314.633-77

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	74.500,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.PDF - DEMONSTRATIVO DO
FLUXO DE CAIXA**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.167.171,45	1.135.810,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	300.893,60	275.186,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	300.893,60	275.186,95
ANUIDADES	300.893,60	275.186,95
RECEITA DE SERVIÇOS	374.228,05	341.001,93
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	291,40	1.143,87
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	373.790,25	339.570,86
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	146,40	287,20
FINANCEIRAS	24.935,33	33.997,31
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.341,21	7.294,77
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	19.594,12	26.702,54
MULTAS SOBRE ANUIDADES	9.419,24	9.233,58
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.174,88	17.468,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	452.195,33	474.256,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.919,14	11.367,68
MULTAS DE INFRAÇÕES	9.324,15	11.309,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.292,36	0,00
Outras Receitas Correntes	3.302,63	57,71
OUTROS INGRESSOS	532.852,17	810.776,01
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.137.650,20	1.047.354,23
PESSOAL	745.725,65	682.779,13
MATERIAL DE CONSUMO	6.701,37	5.313,47
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	68.338,30	71.448,54
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	205.930,40	197.881,33
ENCARGOS DIVERSOS	20.452,28	19.461,76
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.337,47	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.164,73	70.470,00
OUTROS DESEMBOLSOS	477.413,83	892.853,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	84.959,59	6.378,57
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	0,00	1.281,65
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	-1.281,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84.959,59	5.096,92
--	-----------	----------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	288.017,48	282.920,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	372.977,07	288.017,48

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/O
037.314.633-77

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

ANEXO - Deliberação Comissão de Finanças do CAU/PI - Deliberação Comissão de Finanças do CAU/PI - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

ANEXO - Deliberação Plenário do CAU/PI - Deliberação Plenário do CAU/PI - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

Anexo do tópico 9.1

DELIBERAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS DO CAU/PI - DELIBERAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS DO CAU/PI



INTERESSADO	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ – CAU/PI.
ASSUNTO	RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAU/PI Nº 08/2019

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ – CAU/PI no uso das competências que lhe confere art. 42 do Regimento interno do CAU/PI, e reunido ordinariamente em Teresina-PI, na sede do CAU/PI, na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro, no dia 18 de fevereiro de 2019, após o assunto em epígrafe, e

Considerando o Relatório de Gestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/PI) referente ao exercício de 2018;

Considerando que o Relatório de Gestão foi elaborado conforme as diretrizes aprovadas pelo CAU/BR;

DELIBEROU:

1. Aprovar o Relatório de Gestão 2018 do CAU/PI.
2. Esta Deliberação entrará em vigor nesta data.

Com 03 (três) votos favoráveis e 00 (zero) ausência.

Teresina, 18 de fevereiro de 2019.

EDMO CAMPOS REIS BEZERRA FILGUEIRA
Coordenador da CFAAPE/PI

FRITZ MIGUEL MORAIS MOURA
Coordenador-Adjunto da CFAAPE/PI

LARISSA SIQUEIRA MARQUES MELO
Membro da CFAAPE/PI

Anexo do tópico 9.1

DELIBERAÇÃO PLENÁRIO DO CAU/PI - DELIBERAÇÃO PLENÁRIO DO CAU/PI



INTERESSADO	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ-CAU/PI.
ASSUNTO	RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 226

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ – CAU/PI no uso das competências que lhe confere o inciso I do art. 34 da Lei 12.378/2010 e art.10º do Regimento Interno do CAU/PI, reunido ordinariamente em Teresina-PI, na sede do CAU/PI, na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro, no dia 26 de fevereiro de 2019, após o assunto em epígrafe, e

Considerando o Relatório de Gestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/PI) referente ao exercício de 2018;

Considerando que o Relatório de Gestão foi elaborado conforme as diretrizes aprovadas pelo CAU/BR;

Considerando que o referido relatório foi aprovado pela Comissão de Finanças, Atos Administrativos e Planejamento Estratégico do CAU/PI, através da Deliberação nº 08/2019.

DELIBEROU:

1. Aprovar Relatório de Gestão 2018 do CAU/PI.
2. Esta Deliberação entrará em vigor nesta data.

Com 06 (seis) votos favoráveis, 00 (zero) abstenção e 00 (zero) ausência.

Teresina, 26 de fevereiro de 2019.

WELLINGTON CAMARÇO
Presidente do CAU/PI

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1 - ANEXOS E APÊNDICES



CONCLUSÃO

Uma das principais dificuldades para a realização dos objetivos no exercício de 2018 está relacionada à mudança de gestão, com o período de adaptação dos novos conselheiros eleitos.

Além disso, o planejamento das ações foi realizado pela gestão do triênio 2015-2017 e por isso alguns pontos não se enquadravam ao ponto de vista da gestão atual, sendo necessário revisar os planos traçados para o exercício de 2018 para que a gestão procedesse com suas reformulações orçamentárias.

Por fim, ressalta-se que 2018 ainda foi um ano de recessão econômica no Brasil e por isso tivemos grandes impactos nas atividades voltadas para a arquitetura e urbanismo, conseqüentemente, muitos profissionais registrados solicitaram interrupção de registro, acarretando em queda na anuidade e emissão de Registro de Responsabilidade Técnica.

Embora o país tenha passado em 2018 por grandes dificuldades, o CAU/PI realizou diversas atividades que envolveram os arquitetos e urbanistas, bem como, estúdios de arquitetura e urbanismo e a sociedade.

Anexo do tópico 10.1

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL.PDF



CAU/PI

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Com a finalidade de atender à exigência da Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015, declaramos que os responsáveis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí- CAU/PI estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93.

Teresina-PI, 08 de março de 2019.

Socorro de Maria Soares Magalhães
Gerente Geral do CAU/PI

Assinatura(s)